

SESC – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA
EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA ADEQUAÇÃO NO SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO DE INCÊNDIO PARA A UNIDADE SESC FEIRA DE SANTANA, NOS TERMOS CONSTANTES DO EDITAL.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL.

DATA E HORA DE ABERTURA: 14 DE DEZEMBRO DE 2023, ÀS 13H30MIN

O Serviço Social do Comércio, pessoa jurídica de Direito Privado e sem fins lucrativos criada em cumprimento ao Decreto-lei nº 9.853 de 13/09/1946, regulamentada pelo Decreto nº 60.334 alterado pelo Decreto nº 61.836 de 05/12/1967, através da Administração Regional no Estado da Bahia (Sesc/BA), com sede administrativa inscrita no CNPJ sob o n.º 03.591.002/0001-90, localizada na Avenida Tancredo Neves, nº 1.109, Edifício Casa do Comércio Deraldo Motta, 8º andar, Pituba, Salvador/BA, por intermédio de Pregoeiro designado através da Portaria n.º 5133/2022 de 21/11/2022, ratificado pela Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 5326/2023, de 13/03/2023, torna público que, através do site no Portal de Compras Eletrônica do SESC Bahia, no endereço: <http://compras.sescbahia.com.br>, realizará licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando a **ADEQUAÇÃO NO SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO DE INCÊNDIO PARA A UNIDADE SESC FEIRA DE SANTANA**, com procedimento regido pelas condições deste Instrumento Convocatório e do Regulamento de Licitações e Contratos do Sec, alterado e consolidado pela Resolução Sesc n.º 1252, de 06 de junho de 2012, publicada na Seção III do Diário Oficial da União, edição de n.º 144, de 26/07/12 do Conselho Nacional e pela Resolução Sesc nº 1523 de 14 de julho de 2022, disponíveis no site www.sescbahia.com.br.

FORNECIMENTO DO EDITAL: O Edital completo referente a esta licitação encontra-se disponível no **PORTAL DE COMPRAS ELETRÔNICAS DO SESC BAHIA – www.compras.sescbahia.com.br**, e no site institucional do Sesc Bahia: www.sescbahia.com.br, link “Licitações”, “Licitações em aberto” sob sob **Protocolo nº 23/01.00111-PE - sob o Título - ADEQUAÇÃO NO SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO DE INCÊNDIO PARA A UNIDADE SESC FEIRA DE SANTANA**. Informações adicionais poderão ser requeridas através do campo “**Esclarecimentos**” no Portal de Compras supramencionado **até 02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para encaminhamento da Proposta Comercial.

Salvador, 28 de novembro de 2023.

Taiane Sacramento da Silva
Pregoeira

José Hamilton Siqueira Brito
Autoridade Competente

Maria Aparecida da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 A presente Licitação tem por objeto a contratação de empresa de engenharia para adequação no sistema de alarme e detecção de incêndio para a Unidade Sesc Feira de Santana, nos termos constantes do edital.

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 A contratação deste certame será identificada pelo **elemento de despesa nº 3.3.90.39.**

3. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1 O Pregão será realizado na forma eletrônica, em sessão pública à distância, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases;

3.2 O Sistema Eletrônico a ser utilizado no presente Pregão é o do Portal de Compras do Sesc Bahia, no endereço: <http://compras.sescbahia.com.br>;

3.3 Os trabalhos serão conduzidos por Pregoeiro designado pelo Sesc/BA e ratificados pela Comissão de Licitação;

3.4 Os procedimentos referentes a esta Licitação ocorrerão nas datas e horários especificados nos subitens 4.6 e 4.7, ou, caso não haja expediente na data informada, serão prorrogados para o mesmo horário no primeiro dia útil subsequente, utilizando-se o mesmo meio eletrônico;

3.5 Desde que respeitado o prazo designado e informado o número correspondente a esta Licitação, o PROPONENTE poderá formular consultas através do Portal de Compras: <http://compras.sescbahia.com.br>, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para encaminhamento da Proposta Comercial;

3.6 **Prazo para encaminhamento das Propostas: das 11h00 do dia 28 de novembro de 2023 até as 10h00 do dia 14 de dezembro de 2023;**

3.7 **Abertura da Sessão Pública: às 13h30min, do dia 14 de dezembro de 2023;**

3.8 Todas as referências de tempo deste Edital, do Aviso e durante a Sessão Pública, observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília-DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar da licitação quaisquer licitantes interessados que comprovem atender a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos e cujo objeto social da empresa, expresso no estatuto social, contrato social ou documento equivalente, abranja atividade ou ramo de atividade idêntico ou compatível com o objeto da licitação;

- 4.1.1** Na hipótese de o Licitante ser Microempreendedor Individual (MEI), somente poderá participar deste certame se o CNAE (código de atividade) de sua inscrição abranger o objeto licitado (identidade), em razão das limitações de ramos em que é possível atuar sob esta forma;
- 4.2** Como condição para participação, o licitante assinalará em campo próprio do sistema que aceita o Termo de Concordância e Edital;
- 4.3 NÃO** será admitida nesta Licitação a participação de Empresas diferentes com sócio(s) comum(ns);
- 4.4 NÃO** poderão disputar entre si com propostas diferentes desta licitação empresas que, embora distintas, estejam reunidas em grupo econômico, comercial ou industrial ou integrem consórcio ou, ainda, aquelas que sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 4.4.1** O consórcio, coligação, controladora ou grupo econômico não poderá concorrer desta licitação, com empresa que figure como sua integrante;
- 4.5** Matriz e filial(ais) de uma mesma pessoa jurídica, ainda que possuam CNPJ diferentes, não poderão competir entre si neste certame;
- 4.6** Em atenção ao princípio da moralidade, **NÃO** poderão participar das licitações e nem contratar com o Sesc/BA seus dirigentes e/ou empregados, bem como não poderão participar empresas cujos sócios, administradores, representantes legais, gestores ou controladores, sejam empregados e/ou dirigentes do Sesc/BA;
- 4.7** Além das vedações acima, **NÃO** será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:
- a)** Em processo de falência, dissolução, liquidação ou sob concurso de credores;
 - b)** Em regime de concordata, exceto quando atender ao subitem 9.4.1 do Edital;
 - c)** Que estejam em cumprimento de penalidade de suspensão do direito de licitar ou contratar com o Sesc/BA;
 - d)** Que tenham sido declaradas inidôneas pelo Tribunal de Contas da União – TCU (Acórdão n.º 1280/2018 – Plenário);
 - e)** Não será permitida a participação de empresas com o mesmo Responsável Técnico.
- 4.8** As pessoas jurídicas constituídas sob forma caracterizada por limite de faturamento anual prevista em lei (a exemplo de: *microempreendedor individual, microempresa, empresa de pequeno porte*), assim como empresas optantes do SIMPLES, que venham a ter suas alíquotas tributárias majoradas ou qualquer outro tipo similar de majoração de custo após a apresentação da proposta comercial e/ou adjudicação do objeto deste certame (ou resultante de posteriores contratações com terceiros), ficam cientes desde já que não poderão repassar ao Sesc/BA a majoração ocorrida, ou seja, não será aceito aumento no preço a ser pago com amparo na mudança de enquadramento aqui referida;

- 4.9** A participação neste certame implica em assumir a responsabilidade por manter a regularidade jurídica e fiscal até a data de encerramento da execução do objeto, inclusive como condição para pagamento e/ou continuidade do contrato, quando se tratar de prestação futura e/ou continuada;
- 4.10** O Sesc/BA está constituído na forma de pessoa jurídica de Direito Privado, conforme determinou o Decreto-lei nº 9853, de 13/09/1946 e, em conformidade com o seu Regulamento de Licitações e Contratos (Resolução Sesc nº 1.252/12), não aplica em suas licitações os arts. 42 a 49 da LC 123/06;
- 4.11** O encaminhamento da(s) proposta(s) comercial(ais) para participação nesta licitação implica em declaração de aceitação de todos os termos deste Edital e seus anexos, que devem ser considerados como se aqui estivessem literalmente transcritos.

5. DOS DOCUMENTOS DESTA LICITAÇÃO

5.1 São documentos integrantes do presente edital de licitação:

- a) Edital de Pregão Eletrônico nº 111/2023;**
- b) Anexo I – Memorial Descritivo, Plantas e Projetos, Planilha Orientativa e Planilha de Detalhamento do BDI dos serviços que deverão ser obtidos através do link disponibilizado neste Anexo;**
- c) Anexo II - Modelo da Apresentação da Proposta Comercial;**
- d) Anexo III - Declaração de Vistoria Técnica Prévia;**
- e) Anexo IV – Declaração de Dispensa de Vistoria;**
- f) Anexo V - Declaração de ausência de relação com dirigente e/ou empregado do Serviço Social do Comércio;**
- g) Anexo VI – Declaração de Aceitação Prévia de todas as condições estipuladas no Edital;**
- h) Anexo VII – Declaração de Concordância com a Planilha de Preços Unitários;**
- i) Anexo VIII – Minuta do Contrato;**
- j) Anexo IX - Regulamento de Tratamento de Dados Pessoais Por Operadores.**

5.2 Todos os documentos acima elencados vinculam o presente processo licitatório e seus participantes, como se aqui estivessem literalmente transcritos;

5.3 Os documentos que integram este processo licitatório, inclusive os preços estimados, encontram-se à disposição, resguardando-lhe à publicidade, para consulta mediante solicitação à Comissão de Licitação através do campo “**Esclarecimentos**” no Portal de Compras do Sesc Bahia;

5.4 Em nenhuma hipótese o Sesc/BA será responsável ou se sujeitará a reembolsar a qualquer das licitantes qualquer custo associado à obtenção dos documentos de habilitação e/ou à elaboração das propostas comerciais, independentemente do resultado deste certame ou mesmo nos casos em que venha a ser cancelada (revogação ou anulação) ou suspensa esta licitação.

6. AS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO:

- 6.1 O certame será conduzido pelo PREGOEIRO que terá as seguintes atribuições:
- 6.1.1 Coordenar o processo licitatório;
 - 6.1.2 Conduzir a sessão pública na internet;
 - 6.1.3 Verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório;
 - 6.1.4 Conduzir os procedimentos relativos aos lances e a escolha da proposta do lance de menor preço;
 - 6.1.5 Verificar e julgar as condições de Habilitação;
 - 6.1.6 Registrar no sistema a decisão da Comissão por desclassificação de propostas indicando os motivos;
 - 6.1.7 Receber, examinar e decidir as consultas e as impugnações ao Edital;
 - 6.1.8 Receber e encaminhar os recursos à Comissão de Licitação que os dirigirão à Autoridade competente do Sesc Bahia;
 - 6.1.9 Registrar no sistema a decisão da Comissão que declarar o(s) vencedor(es) do certame;
 - 6.1.10 Encaminhar o processo devidamente instruído para ratificação da Comissão de Licitação, que o conduzirá à Autoridade competente propondo a adjudicação e a homologação.

7. CREDENCIAMENTO

- 7.1 Consiste no cadastramento do fornecedor como usuário do Portal de Compras, através da concessão de login e senha, que permitirá a participação nos Pregões Eletrônicos do Sesc/BA de **forma totalmente gratuita**;
- 7.2 Para participar da presente licitação os interessados deverão efetuar cadastro no site <http://compras.sescbahia.com.br> através do "link" **CADASTRO**, preenchendo obrigatoriamente todas as informações solicitadas;
- 7.3 Após o correto preenchimento de todos os campos o sistema confirmará o cadastro, gerando um número de protocolo. A partir deste momento, o Sesc/BA realizará a análise e validação do cadastro;
- 7.4 O Sesc/BA **possuirá até 02 (dois) dia úteis a contar do registro do cadastro pelo fornecedor no sistema** para a análise e validação das informações, podendo solicitar informações adicionais;
- 7.5 Após a validação do cadastro, o fornecedor receberá através do e-mail cadastrado, a senha gerada automaticamente pelo sistema;
- 7.5.1 A senha concedida pelo sistema possibilitará o acesso ao Portal de Compras, bem como a participação da empresa nos Pregões Eletrônicos publicados pelo Sesc/BA. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua inteira e

exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Sesc/BA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

- 7.6** O credenciamento da empresa e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;
- 7.7** O fornecedor não cadastrado, que possuir interesse em participar dos pregões eletrônicos do Sesc/BA, deverá atentar-se ao **prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis** necessários para análise/validação do cadastro, conforme previsto no subitem 7.4 do edital, sob pena de não obtenção da senha a tempo de participação no certame;
- 7.8** O Sesc/BA poderá excluir o cadastramento de qualquer fornecedor ou cancelar cadastro já efetivado, a qualquer tempo, quando verificada a ausência de veracidade das informações registradas e/ou quando o fornecedor for penalizado nos termos do item 21 e seus respectivos subitens do edital;
- 7.9** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não cabendo ao Sesc/BA responsabilidades por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- 7.10** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;
- 7.11** Uma mesma pessoa física **NÃO** poderá representar mais de um Licitante, ainda que possua documento hábil fornecido por mais de um deles;
- 7.12** Nos casos de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances;
- 7.12.1** O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;
- 7.13** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes com indicação de data e horário para sua reabertura, ficando os participantes responsáveis pelo acompanhamento.

8. DA VISTORIA TÉCNICA AO LOCAL DA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 8.1** Os Licitantes poderão realizar a visita técnica ao local de execução do objeto desta licitação, com a finalidade de que obtenham os detalhes necessários à correta e fidedigna elaboração de proposta;
- 8.1.1** O licitante que realizar visita técnica deverá apresentar a Declaração de Vistoria Técnica Prévia, conforme o modelo contido no Anexo III, acostado ao presente Edital e ser assinada por representante legal da empresa Licitante, seus dados

de identificação (RG, CPF, nome, telefone), afirmando que ele, ou pessoa por ele designada (que deverá ser identificada, se houver), viu, vistoriou e conferiu no local todos os elementos necessários à perfeita elaboração de Proposta Comercial para execução do objeto desta Licitação;

8.1.2 Caso o visitante não realize a visita técnica, deverá apresentar, junto com os documentos de habilitação, a **DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA**, conforme o modelo contido no Anexo IV deste Edital, mencionando que conhece as condições do local para execução do objeto;

8.1.2.1 Com a dispensa de realização de vistoria, o Licitante assume todo e qualquer risco por sua decisão e se compromete a executar fielmente o objeto desta Licitação, nos termos de sua proposta e do presente Edital seus Anexos;

8.2 A apresentação dos documentos de HABILITAÇÃO incluindo a **DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA PRÉVIA** ou a **DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA** implicará na impossibilidade de que o Licitante venha a pleitear, posteriormente, a modificação de condições previstas neste Edital e Anexos ou arguir irregularidade ou inviabilidade técnica do objeto ou Proposta Comercial insuficiente ao cumprimento do objeto;

8.3 A vistoria técnica poderá ser feita no local onde serão realizados os serviços e poderá ocorrer até a data de apresentação da Proposta Comercial, devendo, contudo, ser agendada previamente e com antecedência mínima de 24 horas;

8.3.1 Para o agendamento, deverá ser contatada a Gerência da respectiva Unidade Executiva do Sesc, conforme endereço e telefone constantes do Anexo I deste Edital;

8.4 Os projetos, as especificações, os preços unitários e quantitativos constantes das planilhas orçamentárias foram elaborados de acordo com as melhores práticas. Todavia, os licitantes deverão avaliar detalhadamente o escopo técnico do projeto e, simultaneamente, fazer a verificação das peças gráficas correspondentes, realizando os seus próprios levantamentos. Se verificada qualquer divergência, incoerência e/ou eventuais omissões estas deverão ser comunicadas ao Pregoeiro, imediata e formalmente, no prazo estabelecido no subitem 15.1, deste Edital. Deste modo, os licitantes não poderão alegar posteriormente desconhecimento de fatos, erros ou omissões como fundamento para solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro da proposta ou do contrato.

9. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1 Na fase de análise das condições de Habilitação para contratar com o Sesc/BA, antes de o proponente autor da proposta de menor preço ser declarado vencedor, serão requisitados, em caráter indispensável, todos os documentos informados nos subitens deste item 9, que integrarão o processo licitatório, com a finalidade de comprovar a Habilitação Jurídica, a Regularidade Fiscal, a Qualificação Econômico-Financeira e a Qualificação Técnica dos licitantes;

9.1.1 Para comprovação da **HABILITAÇÃO JURÍDICA**:

- 9.1.1.1** Caso o licitante seja empresário individual ou EIRELI, o ato constitutivo e/ou requerimento de empresário onde conste o carimbo/selo legível do respectivo registro na Junta Comercial do Estado onde está sediada a empresa (com a numeração);
- 9.1.1.2** Na hipótese de licitante constituído como qualquer das espécies de sociedades empresárias, o ato constitutivo (estatuto ou contrato social com as respectivas alterações ou última consolidação) em vigor, com o carimbo/selo legível do respectivo registro e/ou averbação na Junta Comercial do Estado onde está sediada a empresa (com o respectivo número), e, especialmente no caso das sociedades por ações, quando não houver indicação de administradores (com poderes para representação legal em contratos e licitações) no ato constitutivo, deverá ser apresentado, também, em anexo, o documento que comprova a eleição dos mesmos;
- 9.1.1.3** Caso o licitante seja sociedade civil, o ato constitutivo com carimbo legível do registro em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhado das alterações ou última consolidação averbada ao registro e, também, de comprovação de inscrição e registro em órgão de classe, quando couber, fazendo-se acompanhar, ainda, da prova do ato de investidura da composição da Diretoria em exercício;
- 9.1.1.4** No caso de microempreendedor individual, o certificado de MEI, abrangendo a atividade correspondente ao objeto desta licitação, emitido por órgão público (este certificado pode ser obtido no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/servicos-para-mei/emissao-de-comprovante-ccmei>) com informação da data de nascimento do microempreendedor;
- 9.2** Qualquer que seja o Ato Constitutivo ou o tipo de sociedade, a empresa Licitante deverá apresentar, também, como documento comprobatório de sua **HABILITAÇÃO**;
- 9.2.1** Cédula de Identidade ou Carteira de Habilitação do Responsável Legal da empresa licitante, nas quais conste o número de RG e CPF (com poderes para firmar contratos, receber valores, emitir declarações e assumir obrigações);
- 9.2.1.1** O sócio responsável legal da empresa licitante é considerado aquele com poderes para firmar contratos, receber valores, emitir declarações, bem como assumir obrigações, conforme seu estatuto ou documento correspondente;
- 9.2.1.2** Caso haja apresentação de procuração com poderes ilimitados, além do documento de identificação do(s) sócio(s) outorgante(s), deverá ser apresentada a cópia do documento do procurador/outorgado.

9.3 Para comprovação da REGULARIDADE FISCAL E QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.3.1 Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (cartão do CNPJ), da empresa licitante referente à matriz ou filial que será responsável pelo faturamento do(s) serviço(s);

9.3.2 Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União ou Positiva com efeitos de Negativa, na forma da legislação vigente;

9.3.3 Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais, ou Positiva com efeitos de Negativa, na forma de legislação vigente (*se inscrito como contribuinte – conforme atividade exercida*) referente à matriz ou filial que será responsável pelo faturamento do(s) serviço(s);

9.3.4 Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais, ou Positiva com efeitos de Negativa, na forma de legislação vigente (*se inscrito como contribuinte – conforme atividade exercida*) referente à matriz ou filial que será responsável pelo faturamento do(s) serviço(s);

9.3.5 Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) da Empresa Licitante referente a Matriz ou Filial que será responsável pelo faturamento do(s) serviços;

9.4 Para a comprovação da QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

9.4.1 Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica ou filial;

9.4.2 A licitante em recuperação judicial deverá demonstrar, na fase de habilitação, além dos requisitos estabelecidos no edital, possuir capacidade econômica para execução do(s) contrato(s).

9.5 Para a comprovação da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.5.1 Certidão válida de Registro no Conselho Regional da Categoria Profissional emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da Pessoa Jurídica na região onde está situada a sede do Licitante, constando o(s) Responsáveis Técnico(s) e/ou Equipe Técnica;

9.5.2 Caso na Certidão de Registro da empresa emitida pelo CREA ou CAU não conste o profissional como Responsável Técnico integrante da equipe técnica da mesma, neste caso, este profissional deverá apresentar a Certidão do CREA ou CAU, além da comprovação do vínculo deste(s) profissional(is) que deverá ser comprovado por quaisquer dos subitens listados abaixo:

9.5.5.1 A comprovação do vínculo empregatício se fará através de cópia da CTPS referente ao funcionário;

9.5.5.2 A prestação de serviço será comprovada através de Contrato firmado com o Licitante com reconhecimento de firma do contratante e do contratado;

9.5.5.3 Sendo um dos sócios a participação societária se comprovará através de cópia do contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial competente, ou Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas competente;

9.5.3 Comprovação da empresa proponente de possuir na data prevista para entrega dos documentos de habilitação, Engenheiro(a) Civil ou Arquiteto(a), os detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica pela execução dos serviços com características semelhantes às listadas no **subitem 9.5.3.1**, através de Atestado(s) de Qualificação Técnica, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT's), emitida(s) pelo(s) Conselho Profissional (CREA ou CAU);

9.5.3.1 Requisitos de semelhança:

- I. Comprovação profissional de serviço de instalação de **alarme e detecção de incêndio** com área igual ou superior a 700 m²; ou 50 detectores;
- II. Comprovação profissional de serviço de instalação de casa de bombas em projeto com área igual ou superior a 700 m² ou 1 unidade de casa de bombas;

9.5.3.2 Deverá ser comprovada a execução de serviços em quantidades iguais ou superiores ao quanto estipulado, sendo permitida a soma das quantidades constantes em diversos atestados para alcançar o total exigido na contratação;

9.5.3.3 O Atestado de capacidade técnica (ou qualificação) deverá ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente inscrita no CNPJ e deverá ser subscrito por quem tenha poderes para tal ato;

9.5.3.4 Não será aceito o atestado emitido por pessoa jurídica integrante do mesmo grupo comercial ou industrial do Proponente;

9.5.3.5 Atestados de fiscalização ou Consultoria Técnica não serão aceitos;

9.5.3.6 O **Engenheiro Civil ou Arquiteto** com experiência comprovada em obras similares às elencadas no **subitem 9.5.3.1** será o responsável direto pela execução dos serviços, devendo estar presente em 01 pelo menos, 01 (um) turno da obra;

9.5.3.7 O profissional responsável direto pela execução dos serviços, deverá registrar, sem ônus para o **CONTRATANTE**, junto ao respectivo Conselho de Registro Profissional (CREA), a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica (ART/RRT), na forma do disposto da legislação;

9.5.3.8 A substituição de qualquer integrante da equipe técnica, proposta pela Contratada, durante a execução do contrato, somente será admitida, a critério do Sesc/BA, mediante comprovação de que este possui experiência equivalente ou superior ao membro a ser substituído com

a execução dos serviços com características semelhantes às listadas no subitem 9.5.3.1;

9.5.4 DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA (Anexo IV) ou a DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA PRÉVIA (ANEXO III), subscrita pelo responsável legal da empresa licitante, devidamente identificado.

9.6. OBSERVAÇÕES QUANTO À DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

9.6.1 Todos os documentos apresentados para comprovar a Habilitação deverão estar válidos na data de recebimento, observado o prazo de validade fixado nos próprios documentos;

9.6.1.1 Documentos omissos quanto ao prazo de validade serão aceitos apenas se estiverem dentro do **prazo de 90 (noventa) dias**, até a data da sessão pública, contados a partir da data de sua expedição, inclusive no caso daqueles obtidos via internet;

9.6.1.2 O Pregoeiro e/ou a Comissão Permanente de Licitação poderá(ão), a seu critério, se julgar útil e necessário para sanar falhas, abrir exceção e resguardar a competitividade do certame, solicitar ao licitante que apense ao Portal de Compras nova via válida de documentos constantes do subitem 8 que tenha sido apensado fora da validade;

9.6.1.3 Só poderá ser emitida nova via, conforme o item anterior, apenas se for possível fazê-lo através da internet e o documento esteja acessível a qualquer pessoa;

9.6.2 Os documentos que sejam emitidos **pela INTERNET**, deverão ser apresentados com identificação do número do documento ou de protocolo, o endereço eletrônico do emissor (legível) e a data de emissão, bem como qualquer outro dado necessário à verificação da validade pela Comissão Permanente de Licitação e pelo Pregoeiro, através do site emissor;

9.6.3 Os documentos obtidos via Internet somente serão aceitos após a verificação de sua validade e autenticidade pelo pregoeiro, em diligência junto aos órgãos expedidores;

9.6.4 O Ramo de Atividade do Licitante, constante dos documentos elencados da relação de Documentos de Habilitação, deverá ser compatível e pertinente ao objeto desta Licitação;

9.6.5 Quando o faturamento for efetuado por terceiros (inclusive filiais), tal fato deverá ser informado na Proposta comercial, citando seus respectivos nomes, os quais deverão também cumprir as exigências de habilitação;

9.6.6 Em cumprimento ao art. 206 do Código Tributário Nacional, o Sesc/BA somente aceitará certidões positivas da Fazenda Municipal, Estadual e Federal, se contiverem expressamente em seu texto **“positiva com efeito(s) de negativa”** quanto aos débitos nela inscritos;

9.6.7 Nesta modalidade licitatória caberá recurso apenas da decisão que declarar o Licitante vencedor;

- 9.6.8** Caso haja alteração do contrato social no curso deste certame, deverá o licitante comunicar o fato à Comissão de Licitação e/ou Pregoeiro e apresentar os documentos de habilitação que sofreram alteração, na forma como previsto neste item 8, inclusive as certidões, sob pena de reputar-se INABILITADO ou sofrer penalidade de perda do direito de contratar, se vencer o certame e não apresentar os documentos de habilitação regularizados até 01(um) dia útil após a publicação do julgamento;
- 9.6.9** Caso haja dissolução da sociedade, por óbvio, deverá o Pregoeiro e/ou Comissão de Licitação ser(em) informado(s) de imediato e haverá inabilitação do licitante sem que possa fazer-se substituir, e, na hipótese de não ter sido informado o Pregoeiro e/ou a Comissão, se tal licitante vencer o certame, será(ão) a ele imputada(s) a(s) penalidade(s) previstas no art. 31 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, alterado e consolidado pela Resolução Sesc nº 1.252/2012, isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de eventual ação para ressarcimento de perdas e danos causados;
- 9.6.10** Na hipótese de haver inabilitação do arrematante, poderá a Comissão Permanente de Licitação autorizar o Pregoeiro a convocar o autor do segundo menor lance e, se necessário, os autores dos demais lances, seguindo a ordem crescente de preço, conforme art. 21, XIV, do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, alterado e consolidado pela Resolução nº 1.252/2012;
- 9.6.11** Os Licitantes que não atenderem integralmente aos requisitos referentes à Habilitação serão inabilitados a qualquer tempo, mesmo quando, após ultrapassada a referida fase da licitação, for constatada alguma omissão ou ausência de requisito ou condição de inabilitação previstos neste Edital e/ou no Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, alterado e consolidado pela Resolução Sesc nº 1.252/2012 devendo ser resguardada a observância de oportunidade para exercício do contraditório e da ampla defesa;
- 9.6.12** Da decisão da Comissão de Licitação que declarar inabilitado o licitante que deixar de apresentar qualquer dos documentos de habilitação, caberá recurso, a ser interposto pelo licitante inabilitado e contra-arrazoado por aquele que possa vir a ser prejudicado com modificação da decisão recorrida, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, conforme previsto no artigo 22 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, alterado e consolidado pela Resolução Sesc nº 1.252/2012, e item 14 deste Edital, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa;
- 9.6.12.1** Após a decisão final no recurso em face de decisão da fase habilitatória, será declarado habilitado ou inabilitado, em definitivo, o recorrente, sem cabimento de novo recurso, e poderá ser dado seguimento regular ao processo licitatório;
- 9.6.13** Eventual prorrogação da data de abertura desta Licitação, a critério da Comissão de Licitação, implicará na aceitação da validade (quanto ao prazo) dos documentos que estavam vigentes na data inicialmente designada para a abertura do certame.

10. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1 A presente Licitação é do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, apresentado na Proposta Comercial, para a execução dos serviços de reforma e ampliação pelo **REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

11 ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS

11.1 O licitante deverá registrar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico, nos campos solicitados, informando o **VALOR GLOBAL** e a sua apresentação equivale à declaração de plena e irrevogável compreensão e aceitação de todos os termos constantes deste Edital e seus anexos (especificações, descrições, condições, prazos, penalidades, valores, datas etc) que dele são partes integrantes como se estivessem literalmente transcritos;

11.2. É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

11.2.1. Considerando o disposto no subitem acima, as empresas que possuem a marca dos produtos com **QUALQUER ELEMENTO QUE IDENTIFIQUE** a sua razão social ou nome fantasia, no momento do registro da proposta no sistema eletrônico, **DEVERÃO ADOTAR OUTRO TERMO** para evitar sua desclassificação, após o envio da documentação. Sugere-se os termos: Marca Própria, Fabricação Própria ou outro que a empresa entender que não a identifique (se couber).

11.3. O Sesc não se enquadra como contribuinte do ICMS, devendo o Contratado computar em seus preços a alíquota plena;

11.4. A proposta comercial a ser encaminhada eletronicamente, após negociação com Pregoeiro, deverá ser apresentada conforme o Anexo II do Edital, sempre em moeda nacional corrente, em valores numéricos, deverá, obrigatoriamente, ser adotada 2 (duas) casas decimais, para fins de arredondamento, sem emendas ou rasuras;

11.4.1. Será **desclassificada** proposta onde haja exigência de faturamento ou pedido mínimo;

11.4.2. Será **desclassificada** a proposta que não atender às exigências deste Edital e seus anexos, inclusive quanto às especificações do objeto, **bem como aquelas que contenham valores manifestamente inexequíveis, excessivos, simbólicos, irrisórios ou iguais a zero**;

11.4.3. **Será desclassificada a proposta que apresentar fator multiplicador K superior a 1,00 (um) e/ou com mais de duas casas decimais**;

11.4.4. A proposta deverá apresentar preço compatível com aquele praticado no mercado, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária ou de suposta variação de custo financeiro;

- 11.4.5.** Toda e qualquer ressalva feita na proposta do licitante, quanto às especificações dos objetos deste certame, será desconsiderada e caso o mesmo venha a vencer a licitação, deverá cumprir a obrigação em total conformidade com as especificações descritas no **Anexo I** deste Edital;
- 11.4.6.** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem respaldo em previsão no Edital, serão consideradas inexistentes pelo Pregoeiro e/ou pela Comissão de Licitação, aproveitando-se a proposta naquilo que não for conflitante com o Instrumento Convocatório;
- 11.4.7.** No preço ofertado deverão estar incluídas as despesas que o licitante terá com tributos de qualquer espécie, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, despesas com transporte, embalagens, fretes, taxas e outras aplicáveis à operação proposta, de qualquer natureza, direta ou indireta, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto desta licitação.
- 11.5.** Em todas as operações matemáticas, para compor o preço da proposta comercial, ou qualquer outro tipo de cálculo que se fizer necessário na presente licitação, deverá, obrigatoriamente, ser adotada 02 (duas) casas decimais, para fins de arredondamento, expressando os valores em moeda nacional – reais e centavos, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas;
- 11.6.** A apresentação de proposta equivale ao reconhecimento pelo licitante de que lhe foram fornecidos todos os elementos necessários à válida apresentação de sua oferta neste certame, não cabendo impugnação posterior a qualquer dos termos e disposições deste Edital e seus anexos;
- 11.6.1.** A apresentação da proposta implica também na declaração do licitante de que desconhece qualquer impedimento para que o Sesc/BA venha a contratar com ele, bem como implica em seu reconhecimento de que está apto a cumprir os termos e condições prestados neste Edital e anexos.
- 11.7. Prazo para encaminhamento das Propostas: das 11h00 do dia 28 de novembro de 2023 até as 10h00 do dia 14 de dezembro de 2023;**
- 11.8. Abertura da Sessão Pública: às 13h30min, do dia 14 de dezembro de 2023;**
- 11.9.** A empresa licitante poderá indicar a validade de sua proposta na proposta comercial a ser encaminhada, todavia, para ser aceita a proposta, **este prazo de validade NÃO poderá ser inferior a 90 (noventa) dias** a contar da data da sua apresentação ao Sesc;
- 11.9.1. Se o licitante (proponente) não indicar expressamente o prazo de validade da proposta, o mesmo ficará subentendido como de 90 (noventa) dias;**
- 11.9.2. Caso a validade informada na proposta se encerre antes da adjudicação, homologação e assinatura do contrato, a mesma será considerada automaticamente prorrogada, caso não haja o recebimento da manifestação expressa e formal do licitante, em sentido contrário, até**

24 horas após o término da validade inicialmente informada;

11.9.2.1. A manifestação expressa de que trata este item deverá ser apresentada **por meio de documento dirigido à Comissão de Licitação, devendo ser entregue pessoalmente (através de protocolo na sede administrativa do Sesc/BA) ou via Correios** implicando, somente nesta hipótese, no declínio do licitante em continuar na licitação.

11.10. Preço: a Proposta deverá conter o valor total da contratação, cotado, obrigatoriamente, em moeda nacional, em valores numéricos, com 2 (duas) casas decimais, sem emendas ou rasuras, conforme dados abaixo:

VALOR ORÇAMENTO PLANILHA DO SESC	R\$ 161.136,25
BDI 25,22%	R\$ 40.638,56
SUBTOTAL:	R\$ 201.774,81
FATOR MULTIPLICADOR K	
VALOR TOTAL DA PROPOSTA	R\$
VALOR TOTAL POR EXTENSO:	

- 11.11.** Deverá a Proposta Comercial conter, ainda expressamente, o prazo total de execução da obra que será de **70 (setenta)** dias corridos, a contar da assinatura do Contrato. Desse prazo, os **10 (dez)** primeiros dias corridos serão usados para entrega de documentação e mobilização da empresa; e os demais **60 (sessenta)** dias corridos para execução dos serviços, contados a partir do início da efetiva execução dos serviços.
- 11.12.** Após o total do prazo, deve a empresa solicitar o Recebimento Provisório da obra e, paralelamente, no prazo de **até 07(sete) dias corridos**, pleitear a vistoria junto ao Corpo de Bombeiros para emissão do AVCB.
- 11.13.** Nos preços constantes da Proposta deverão estar embutidos todos os custos necessários à entrega e instalação do objeto, quais sejam, fornecimento dos equipamentos, materiais, mão-de-obra, ferramentas, gastos com transportes, seguros, impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, alimentação, equipamentos de segurança (EPI e EPC), frete, garantia e outras despesas de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto, bem como, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos, constituindo-se assim, na única remuneração devida;
- 11.14.** A Comissão verificará e, caso haja a constatação de erros de soma e/ou resultados procederá à correção dos cálculos matemáticos apresentados pelo licitante, **mediante a aplicação do Fator Multiplicador K indicados pelo licitante na Proposta Comercial**, com duas casas decimais, prevalecendo o resultado retificado sobre o preço informado equivocadamente, seja por extenso ou numeral;
- 11.15.** O valor a ser considerado para efeito de **MENOR PREÇO GLOBAL** será aquele que resultará do orçamento indicado pelo Sesc, aplicado o Fator Multiplicador *K* indicados pelo Licitante;

- 11.16. O valor estimado para esta licitação é de R\$ 201.774,81 (duzentos e um mil, setecentos e setenta e quatro reais e oitenta e um centavos);**
- 11.17. O valor apresentado no Preço Estimado já contempla BDI e a desoneração previdenciária sobre a folha de pagamento das empresas da construção civil, em conformidade com a legislação vigente;
- 11.18. **Planilha com detalhamento da composição do BDI**, indicando o percentual correspondente utilizado pelo licitante na composição de sua proposta, conforme o referencial orientativo do Anexo I deste Edital;
- 11.18.1.** As empresas optantes pelo Simples Nacional devem apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher;
- 11.18.2.** Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;
- 11.18.3.** As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária.
- 11.19. A apresentação de uma Proposta Comercial representa que o licitante examinou todos os detalhes e especificações do presente Instrumento Convocatório e obteve informações sobre pontos porventura duvidosos e, por conseguinte, que os elementos recebidos lhe permitiram a apresentação de sua oferta;
- 11.20. **As planilhas e demais documentos técnicos** entregues neste certame deverão ser assinados **pelo Representante Legal e pelo Responsável Técnico**, onde fique claro o seu número de registro no Conselho Profissional da Categoria. **Caso o representante legal da empresa seja o responsável técnico bastará apenas uma assinatura**. Tais profissionais devem pertencer ao quadro técnico ou profissionais parceiros da empresa licitante, devidamente registrados pelo CREA ou CAU, conforme as Leis 5.194/66 e 12.378/2010;
- 11.20.1.** As planilhas fornecidas pelo Sesc/BA, conforme descrito no **ANEXO I**, contempla os quantitativos de cada um dos serviços que devem ser levantados pelo Licitante, salientando-se que será exigido todo e qualquer serviço necessário e/ou indispensável à execução do objeto;
- 11.20.2.** As Propostas Financeiras, sob pena de desclassificação, devem, obrigatoriamente, conter o detalhamento da composição do BDI e dos respectivos percentuais praticados, **sendo o valor referencial para o BDI estipulado em 25,22% (vinte e cinco inteiros e vinte e dois centésimos por cento)**, considerando em sua composição, os itens, a seguir: Garantia, Risco, Seguro, Despesas Financeiras, Administração Central, Lucro, Tributos (excluídos aqueles de natureza direta e pessoal);

- 11.20.2.1.** As despesas relativas ao IRPJ e a CSSL não deverão ser incluídas no BDI como despesas indiretas, uma vez que se referem a tributos incidentes sobre o lucro, e, portanto, têm natureza direta;
- 11.20.2.2.** As empresas optantes pelo Simples Nacional devem apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas que a empresa está obrigada a recolher;
- 11.20.2.3.** As propostas financeiras, sob pena de desclassificação, devem, obrigatoriamente, conter o detalhamento da composição de **ENCARGOS SOCIAIS** utilizada em seus orçamentos;
- 11.20.2.4.** Caso a comissão detecte erros de multiplicação ou adição, na planilha proposta, os mesmos serão corrigidos pela Comissão e prevalecerão sobre os propostos;
- 11.20.2.5.** As Propostas financeiras devem, obrigatoriamente, apresentar a **CURVA “ABC”** de insumos, em ordem decrescente, sob pena de desclassificação, devidamente assinada pelo Representante Legal e pelo o Responsável Técnico da empresa;
- 11.20.2.6.** A **CONTRATADA** deverá fornecer ao **CONTRATANTE** a **composição de custos unitários**, apresentando, de forma discriminada, as parcelas do custo unitário, referentes à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços. A planilha de composição de preços unitários deverá ser devidamente assinada Representante Legal e Responsável Técnico da empresa pelo serviço, devendo ser entregue em **até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato**, sob pena de não recebimento da parcela, até a regularização da obrigação;
- 11.21.** Após a apresentação da proposta de preço e lance, não poderá o licitante desistir do certame, salvo por comprovado motivo justo decorrente de fato superveniente, a ser informado e submetido à apreciação do Pregoeiro e/ou da Comissão de Licitação;
- 11.22.** Caso o Pregoeiro e/ou a Comissão de Licitação não acolha(m) a justificativa do desistente como válida poderá ser a ele aplicada qualquer das penalidades previstas no art. 31 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, caso se recuse a assinar o Contrato, sem prejuízo de ação judicial cabível.
- 11.23. O Licitante deverá apresentar CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO dos serviços;**

- 11.23.1. O Cronograma Físico-Financeiro deverá estar assinado, obrigatoriamente, pelo Representante Legal e pelo Responsável Técnico constante na certidão de registro do CREA/CAU apresentada na habilitação, baseado no Cronograma Físico sugerido;
- 11.23.2. Caso não seja apresentado o Cronograma Físico-Financeiro solicitado, a Comissão poderá estabelecer prazo de **02 (dois) dias úteis** para apresentação do mesmo;
- 11.23.3. No Cronograma Físico-Financeiro deverá constar a representação gráfica mensal das etapas dos serviços, percentuais e respectivos valores;
- 11.23.4. O valor das parcelas previsto em cronograma físico financeiro aprovado, se não atingido impede a medição da parcela e gera multa. Por se tratar de obra por preços unitários, eventuais necessidades de modificação de cronograma financeiro deverão ser justificadas e acatadas em até 10(dez) dias corridos antes da data prevista para a medição;
- 11.23.5. O licitante vencedor do certame poderá ser convocado pelo Sesc para ajuste do Cronograma Físico – Financeiro logo após a assinatura do Contrato e deverá ser aprovado o novo cronograma até o décimo dia da assinatura do contrato.

12. **ANÁLISE DAS PROPOSTAS E FASE DOS LANCES**

12.1 A Comissão de Licitação procederá à análise preliminar das propostas encaminhadas, desclassificando aquelas que não estiverem em consonância com os requisitos previstos no Edital, cabendo ao Pregoeiro registrar e disponibilizar a decisão no sistema eletrônico para acompanhamento em tempo real pelos licitantes;

- 12.1.1 Da decisão que desclassificar as propostas de preços somente caberá **PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO** à Comissão de Licitação, a ser apresentado exclusivamente por meio do sistema eletrônico, acompanhado da justificativa de suas razões, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos a contar do momento em que a decisão vier a ser disponibilizada no sistema eletrônico;
- 12.1.2 A Comissão de Licitação decidirá em idêntico prazo, salvo motivos que justifiquem a sua prorrogação, cabendo ao Pregoeiro registrar e disponibilizar a decisão no sistema eletrônico para acompanhamento em tempo real pelos licitantes;
- 12.1.3 Da decisão da Comissão de Licitação quanto ao pedido de reconsideração não caberá recurso;

- 12.2 Ultrapassada a fase de análise das propostas e após a solução dos pedidos de reconsideração eventualmente interpostos, terá início a etapa de lances, conforme data e horário previstos neste Edital para tal sessão pública;
- 12.3 A cada lance oferecido, o licitante será imediatamente informado de seu recebimento e do valor consignado no registro;
- 12.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes
- 12.5 O licitante poderá oferecer novo lance, desde que inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema, não sendo aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro;
- 12.6 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE**;
- 12.7 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro e comunicada aos licitantes através de aviso do sistema eletrônico;
- 12.8 O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;
- 12.9 Imediatamente após o encerramento dos lances, o sistema eletrônico definirá a classificação dos preços, em ordem crescente.

13. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO

- 13.1 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, os lances serão ordenados em ordem crescente de preço e o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observando o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital;
- 13.2 Será desclassificado o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço referencial;
- 13.3 Será desclassificado o lance vencedor que apresentar preço manifestamente inexequível;
- 13.4 A negociação acima mencionada será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14. APRESENTAÇÃO FINAL DA PROPOSTA E COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO

- 14.1 Finalizada a etapa de negociação, o Pregoeiro determinará ao(s) autor(es) do(s) **menor(es) lance(s) classificado(s)** que encaminhe(m), **em até 72h00 (setenta e duas) horas, corridas após o término da sessão do Pregão Eletrônico**, os documentos necessários à comprovação de sua habilitação, juntamente com a proposta comercial e demais documentos técnicos constantes no link do Anexo I.

- 14.2** Os documentos de Habilitação, a Proposta Comercial (em conformidade com o anexo II deste Edital) e demais documentos técnicos disponibilizados através do link (em conformidade com o Anexo I deste Edital), devidamente ajustados e assinados pelo Representante Legal e Responsável Técnico da empresa arrematante, deverão ser apresentados sob pena de inabilitação e/ou desclassificação, cabendo também anexar Declaração de Dispensa de Vistoria ou Declaração de Vistoria Técnica Prévia, Declaração de Ausência de Relação com Dirigente e/ou Empregado do Serviço Social do Comércio, Declaração de Aceitação Prévia e Declaração de Concordância com a Planilha de Preços Unitários, conforme Anexos III, IV, V, VI e VII, respectivamente, deste Edital.
- 14.3** A qualquer tempo, desde que antes da decisão julgadora deste processo licitatório, terá(ão) o Pregoeiro e/ou a Comissão de Licitação a faculdade de conceder, a seu critério, prazo para que seja sanada dúvida, obscuridade, erro ou contradição no que tange à habilitação do(s) licitante(s), bem como, caso entenda necessário, poderá solicitar o original de documento que tenha sido apresentado em cópia ou realizar qualquer outra diligência, no intuito de sanar dúvida porventura subsistente;
- 14.4** Após o encerramento da etapa de lances e da eventual negociação na sessão pública, se a proposta comercial devidamente ajustada não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias (Item 9 e os subitens 14.1 e 14.2), caberá à Comissão de Licitação autorizar o Pregoeiro a convocar o autor da proposta eletrônica subsequente, conforme a ordem crescente de preço, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta comercial e documentos de habilitação que atendam ao Edital;
- 14.5** Adequada a proposta comercial e atendidas as exigências habilitatórias, o licitante será declarado vencedor pela Comissão de Licitação, cabendo ao Pregoeiro consignar esta decisão e os eventos ocorridos em ata própria, que será disponibilizada pelo sistema eletrônico.

15. DOS ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

- 15.1** Qualquer interessado poderá enviar, ao pregoeiro, pedido de esclarecimentos referente a este processo licitatório ou impugnar este Edital, exclusivamente por meio eletrônico, através do Portal de Compras: **<http://compras.sescbahia.com.br>**, em até **02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das Propostas cadastradas no sistema eletrônico** (*antes da fase competitiva*);
- 15.1.1** As impugnações ao Edital e seus anexos apresentadas fora do prazo aqui previsto não serão apreciadas;
- 15.1.2** Na ausência de solicitação de esclarecimentos ou impugnação no prazo acima mencionado, presumir-se-á que os elementos fornecidos neste Edital são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação de propostas, não cabendo ao licitante direito a qualquer reclamação posterior neste sentido ou em qualquer outro, no que tange ao conteúdo deste Edital.

15.2 A Impugnação deverá ser dirigida à Comissão de Licitação e/ou ao Pregoeiro e conter o(s) item(ns) impugnado(s) deste Edital e a exposição de motivos para o requerimento;

15.2.1 A Comissão de Licitação e/ou o Pregoeiro decidirá(ão) sobre a(s) impugnação(ões) no prazo de 24 horas e, sendo acolhida(s), será definida e publicada a nova data para realização da sessão pública.

15.3 Após declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, no campo exclusivamente “recurso” do sistema eletrônico do Pregão, manifestar sua intenção de recorrer, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, no prazo de 24 horas, a contar da data de divulgação da decisão no sistema eletrônico;

15.3.1 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 15.3, importará em decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a encaminhar o processo para a Autoridade Competente do Sesc/BA propondo a adjudicação do objeto ao licitante vencedor e a homologação do certame;

15.3.2 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.4 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentar as razões, somente via sistema eletrônico do Portal de Compras do Sesc/BA;

15.4.1 Juntamente com o recurso, o licitante deverá apresentar, em caráter alternativo, uma das opções abaixo:

15.4.1.1 **Procuração, na forma pública ou particular** (sendo esta última, com reconhecimento de firma do representante legal que a subscreve), Procuração, ou poderá ser assinado eletrônica ou digitalmente, em conformidade com os requisitos fixados pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, devendo, em qualquer das hipóteses, ser específica e conter expressamente a outorga de poderes para recorrer em seu nome nas licitações, e ainda, a cópia do ato ou documento onde conste, expressamente, a legitimidade do subscritor para a outorga dos poderes dela constantes, além de cópia do RG do subscritor e do outorgado;

15.4.1.2 Ato constitutivo e/ou requerimento de empresário onde conste o carimbo/selo legível do respectivo registro na Junta Comercial do Estado onde está sediada a empresa (com a numeração), quando subscrito pelo próprio empresário individual ou EIRELI;

15.4.1.3 Contrato Social em vigor (com as respectivas alterações ou última consolidação), com o carimbo/selo legível do respectivo registro e/ou averbação na Junta Comercial do Estado onde está sediada a empresa (com o respectivo número), quando subscrito pelo

próprio sócio com poderes para representar a empresa sozinho ou sócio-gerente designado no contrato social;

15.4.1.4 Estatuto Social em vigor (com as respectivas alterações ou última consolidação), com o carimbo/selo legível do respectivo registro e/ou averbação na Junta Comercial do Estado onde está sediada a empresa (com o respectivo número) e ata de eleição do subscritor com poderes para representação legal em contratos e licitações;

15.4.1.5 Ato Constitutivo de sociedade civil, com carimbo legível do registro em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhado das alterações ou última consolidação averbada ao registro e, fazendo-se acompanhar, ainda, da prova do ato de investidura do subscritor com poderes para representação legal em contratos e licitações.

15.4.2 O licitante que puder vir a ter a sua situação efetivamente prejudicada em razão de recurso interposto poderá sobre ele se manifestar, apresentando suas contrarrazões na mesma forma do subitem 15.4, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a contar do término do prazo recursal;

15.4.3 Os recursos e contrarrazões de recurso deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, que deverá recebê-los e encaminhá-los à Comissão de Licitação.

15.5 Os recursos terão efeito suspensivo, apenas quanto ao julgamento ou resultado a que se referirem, ficando os demais sujeitos a homologação e adjudicação parcial, conforme interesse e conveniência do Sesc/BA;

15.6 Apresentadas ou não contrarrazões ao recurso por outro(s) licitante(s), após findar prazo do subitem 15.4.2, a Comissão de Licitação encaminhará o processo licitatório à Autoridade Competente do Sesc/BA, a quem caberá julgar o recurso;

15.6.1 Caso a Comissão de Licitação deseje se manifestar espontaneamente, poderá reconsiderar a decisão recorrida e encaminhar à Autoridade Competente do Sesc/BA para deliberação;

15.6.2 A Comissão de Licitação deverá remeter o processo licitatório para julgamento pela Autoridade Competente do Sesc/BA o mais breve possível;

15.6.3 O poder julgador da Autoridade Competente do Sesc/BA é passível de delegação através de ato administrativo prévio e formal.

15.7 Os recursos serão julgados no **prazo de até 10 (dez) dias úteis**, contados da data de encerramento do prazo para que outros Licitantes se pronunciem a respeito do recurso interposto, conforme art. 23 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc;

15.8 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

15.9 A não interposição de recurso no prazo previsto no subitem 15.4 importará em preclusão desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a encaminhar o processo à Autoridade Competente do Sesc/BA, para adjudicação e homologação;

- 15.10** Na hipótese em que o decurso dos prazos atinentes ao recurso interposto e suas fases até o julgamento venham a prejudicar a utilidade e eficácia deste certame, fica desde já ciente o licitante de que o referido objeto estará sujeito a cancelamento/revogação a ser declarado pela Autoridade Competente do Sesc/BA, mediante apreciação da conveniência e oportunidade, sem que haja qualquer responsabilidade do Sesc/BA por fato (danoso ou não) decorrente de tal ato e não cabendo quaisquer indenizações, pois se caracteriza fato superveniente alheio à vontade das partes e amparado pela observância à legalidade;
- 15.11 Da decisão que julgar o recurso não caberá novo recurso;**
- 15.12** Não caberá recurso em face da decisão que declarar cancelado (revogado/anulado) este certame mediante apreciação da conveniência e oportunidade para o Sesc/BA, desde que tenha havido oportunidade para contraditório e ampla defesa.

16. DA FASE DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

- 16.1** Superadas as fases do julgamento das propostas comerciais e da Habilitação, incluído aí o julgamento de recurso(s) eventualmente interposto(s), constatada a regularidade do procedimento licitatório, poderá o seu resultado final ser encaminhado para homologação pela Autoridade Competente do Sesc/BA, com estrita observância do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, alterado e consolidado pela Resolução Sesc nº 1.252/2012.

17. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

- 17.1** Após homologação do julgamento e adjudicação do objeto, a Seção de Contratos do Sesc/BA, emitirá o contrato – através do próprio Sistema do Portal de Compras, com a finalidade de envio ao licitante adjudicado, para solicitar o efetivo cumprimento do objeto deste Edital;
- 17.2** A vigência do contrato se encerrará em **180 (cento e oitenta) dias** após o Recebimento Definitivo da Obra, sem a necessidade de aviso prévio ou termo escrito;
- 17.3** A participação nesta licitação através de apresentação de proposta comercial implica em anuência, sem ressalvas, com o Edital e todos os seus anexos, devidamente publicados, razão pela qual o vencedor terá assumido a obrigação de assinar o Contrato cuja minuta corresponde ao ANEXO VIII, parte integrante deste Edital, como se aqui estivesse literalmente transcrita;
- 17.4** Da minuta do Contrato constam as condições, procedimentos e obrigações aplicáveis à relação jurídica entre o Sesc/BA e a CONTRATADA selecionada através deste certame, sendo complementada, no que couber, pelo Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, pelo Código de Defesa do Consumidor, legislação vigente aplicável ao objeto, inclusive normas técnicas e administrativas e, subsidiariamente, pelo Código Civil;

- 17.5** O Licitante Adjudicatário terá o prazo de **10 (dez) dias corridos** para assinar o Contrato após ser regularmente convocado, sob pena de perda do direito à contratação e aplicação de penalidades;
- 17.5.1** O contrato poderá ser assinado eletrônica ou digitalmente, em conformidade com os requisitos fixados pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e da Lei nº 14.063/ 2020, visando validar a utilização de outras infraestruturas reconhecidas de forma oficial no Brasil. Neste caso, a vigência será contada a partir da data de assinatura do último representante legal;
- 17.5.2** O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte mediante apresentação de justo motivo, aceito pelo Sesc/BA;
- 17.5.3** A inobservância injustificada do prazo aqui assinalado pelo Adjudicatário, o adiamento consecutivo ou recusa injustificada em assinar o Contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e renúncia ao direito de contratar, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, mormente aquelas estipuladas neste Edital e no art. 31 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, alterado e consolidado pela Resolução Sesc nº 1.252/2012, sem prejuízo de ação para ressarcimento de perdas e danos ou qualquer outra cabível ao caso concreto em decorrência da legislação aplicável;
- 17.6** Caso o Adjudicatário incorra na falta prevista no subitem 17.5.2, caracterizando a perda ou renúncia ao direito de contratar, o Sesc/BA poderá convocar Licitantes remanescentes, seguindo a ordem de classificação das Propostas para ofertar a adjudicação do Contrato nas mesmas condições, prazo e valores da proposta vencedora, ou poderá, alternativamente, mediante apreciação discricionária, revogar esta Licitação, sem prejuízo das cominações impostas ao Adjudicatário desistente;
- 17.7** O Contrato será assinado pelo Representante Legal do Adjudicatário mediante apresentação de documento de identidade oficial, com RG e CPF, em original e 01 (uma) cópia que será arquivada no Sesc/BA juntamente com o Instrumento Contratual firmado pelas partes e testemunhas;
- 17.8** Sendo a empresa Adjudicatária de outro Estado e, conseqüentemente inscrita no CREA/CAU de origem, deverá apresentar na assinatura do Contrato, como condição, prova do visto ou registro da Empresa, como Pessoa Jurídica, junto ao CREA/BA ou CAU/BA;
- 17.8.1** Da mesma forma, sendo o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços, de outro Estado e, conseqüentemente inscrito no CREA ou CAU de origem, deverá(ão) apresentar na assinatura do contrato, como condição, prova do visto ou registro junto ao CREA/BA ou CAU/BA.
- 17.9** Em até 10 (dez) dias corridos, após a assinatura do Contrato, deverão ser apresentados pela CONTRATADA os seguintes documentos:

- 17.9.1** Apresentar **CRONOGRAMA-FÍSICO-FINANCEIRO** em até 05(cinco) dias úteis após assinatura do contrato, para análise da **CONTRATANTE** que o devolverá com comentários em até 03 dias úteis com recomendações necessárias, caso seja necessário, o qual deverá ser ajustado pela **CONTRATADA**.
- 17.9.2** Apólice de Seguro Contra **Riscos de Engenharia**, tendo por base o valor total contratado cabendo a manutenção de sua validade até o Recebimento Provisório da Obra, a qual deverá cobrir eventuais prejuízos de origem súbita e imprevista por qualquer causa, inclusive as avarias causadas por erros de projetos, desentulho e despesas extraordinárias.
- 17.9.2.1** Em caso de sinistros não cobertos pelo seguro contratado, a **CONTRATADA** responderá pelos danos e prejuízos que causar ao **CONTRATANTE** ou à propriedade ou posse de terceiros, em decorrência da execução da obra.
- 17.9.3** Apólice de **Seguro de Responsabilidade Civil**, tendo por base o valor total contratado e com validade até o Recebimento Provisório da Obra.
- 17.9.4** Livro de Inspeção do Trabalho.
- 17.9.5** Relação de Empregados – RE;
- 17.9.6** A **CONTRATADA** deverá fornecer, ainda, ARTs de responsabilidade técnica do(s) responsável(eis) técnico(s), devendo ainda comprovar o vínculo formal dos mesmos com a **CONTRATADA**.
- 17.9.7** Inscrições no Cadastro Nacional de Obras (CNO), da Receita Federal do Brasil, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2061, de 20 de novembro de 2021;
- 17.9.8** Apresentar a **PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS** que deverá ser devidamente assinada pelo Representante Legal da empresa **CONTRATADA** para a execução dos serviços;
- 17.9.9** Apresentar a **COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS** que deverá ser devidamente assinada pelo Representante Legal da empresa **CONTRATADA** para a execução dos serviços;
- 17.9.10** Os serviços só poderão ser iniciados após a apresentação e validação da documentação elencada no subitem 17.9.
- 17.10** O instrumento de Contrato poderá ser aditado, nas hipóteses de supressão ou acréscimo que se fizerem necessárias em relação ao seu objeto, em até 50% (cinquenta por cento) de seu valor inicial, devidamente atualizado, ficando a **CONTRATADA** obrigada a aceitar as referidas alterações, nas mesmas condições contratuais.
- 17.11** Em caso de aditamento contratual, as apólices de seguro, a garantia contratual e ARTs/RRTs deverão ser igualmente aditadas (com relação ao valor e/ou prazo), e a respectiva documentação deverá ser entregue ao **CONTRATANTE** em até **10 (dez)**

dias após a data da assinatura do respectivo termo aditivo ao Contrato, como pré-requisitos para o pagamento.

- 17.12** Se no decorrer da obra o **CONTRATANTE** ordenar a execução de serviços não previstos no orçamento inicial, porém necessários e imprescindíveis à perfeita execução do objeto do Contrato, ficarão tais serviços sujeitos ao regime de preços unitários constantes da Planilha Orçamentária de Quantidades e Preços apresentada pela **CONTRATADA** e serão objeto de termo de aditivo ao contrato a ser celebrado pelas partes, antes da execução dos serviços.
- 17.13** O vencedor da licitação ao participar do certame com apresentação de proposta comercial se vincula ao dever de assinar o contrato correlato cujo conteúdo da minuta lhe é informado no ato de publicação deste instrumento convocatório;
- 17.14** No curso do prazo do Contrato, a empresa contratada deverá manter atualizado e regular o seu registro junto ao CREA, a fiscalização do cumprimento de normas de segurança do trabalho, em especial as Normas Regulamentadoras NR 10, NR 11, NR 12, NR 18 e NR 35 bem como as condições de habilitação mencionadas neste Edital;
- 17.15** Até a assinatura do Contrato, o Sesc/BA poderá desclassificar quaisquer Licitantes, sem que lhes caiba qualquer indenização, caso tenha conhecimento de qualquer fato que desabone a idoneidade, a capacidade financeira, técnica ou administrativa do concorrente, inclusive incorreções que venham a ser detectadas na documentação;
- 17.16** Na ocorrência descrita no item anterior, poderão ser convocados os Licitantes remanescentes, seguindo a ordem de classificação, para que lhes seja ofertado executar o objeto, nas mesmas condições, prazo e valores da proposta vencedora;
- 17.16.1** Nesta hipótese não será necessária nova adjudicação, pois a autoridade competente já terá adjudicado os termos da execução do objeto, e a mudança do contratado não implicará em alteração do preço;
- 17.16.2** Poderá o Sesc/BA, ainda, mediante apreciação discricionária, revogar a Licitação, independentemente das cominações que poderão ser impostas ao Licitante desistente ou inadimplente.

18. DO PRAZO PARA EXECUÇÃO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

- 18.1.** O prazo total de execução da obra será de 70 (setenta) dias corridos, a contar da assinatura do Contrato. Desse prazo, os 10 (dez) primeiros dias corridos serão usados para entrega de documentação e mobilização da empresa; e os demais 60 (sessenta) dias corridos para execução dos serviços, contados a partir do início da efetiva execução dos serviços;
- 18.2.** Após o total do prazo, deve a empresa solicitar o Recebimento Provisório da obra e, paralelamente, no prazo de **até 07 (sete) dias corridos**, pleitear a vistoria junto ao Corpo de Bombeiros para emissão do AVCB;

18.3. Os serviços licitados deverão ser prestados no endereço indicado no Anexo I deste Edital, em total conformidade com o que consta dos descritivos do objeto deste certame e com o estipulado no Instrumento Contratual.

19. DO PAGAMENTO PELA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)

19.1 As condições e procedimentos para o pagamento pela prestação dos serviços objeto desta Licitação constam da minuta do Instrumento Contratual (**ANEXO VIII**), que deve ser considerada como se aqui estivesse literalmente transcrita, vinculando os licitantes e o Sesc/BA;

19.1. Ao ingressar como concorrente nesta licitação, através da apresentação da Proposta Comercial, bem como no ato da assinatura do(s) Contrato(s), o(s) Licitante(s) Adjudicado(s) se declara(m) ciente(s) de que sobre o valor da Proposta vencedora será realizada retenção dos tributos municipais, estaduais e federais e/ou encargos sociais para os quais a legislação vigente determine retenção pelo tomador.

20. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

20.1 Todas as obrigações das partes previstas neste Edital e em seus Anexos, especialmente na Minuta Contratual (**Anexo VIII**), reputam-se aceitas pelos licitantes, podendo vir a constar no Contrato dele decorrente, e sendo válidas e exigíveis ainda que não constem de nenhum outro documento;

20.1. O(s) Licitante(s) Adjudicado(s) deverá(ão) assinar o(s) Instrumento(s) Contratual(is), dentro do prazo fixado neste Instrumento Convocatório;

20.2. O Sesc/BA não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência ou cessão de responsabilidade ou obrigações do Licitante Adjudicado para outra(s) pessoa(s) física(s) ou jurídica(s), ainda que sejam seus representantes, franqueados ou mantenham com o mesmo qualquer outro tipo de vínculo.

21. DAS PENALIDADES APLICÁVEIS

21.1 Na hipótese de recusa injustificada, tácita ou expressa, do Adjudicatário em assinar o Contrato de solicitação reincidente de adiamento do prazo que lhe for designado pelo Sesc/BA restará caracterizado descumprimento de obrigação assumida no curso do certame, sendo-lhe aplicáveis, isolada ou cumulativamente, as seguintes penalidades:

21.1.1 Perda do direito à contratação;

21.1.2 Multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor da Proposta apresentada;

21.1.3 Suspensão do direito de licitar ou contratar com o Sesc/BA por até 02 (dois) anos;

21.2 As penalidades aplicáveis antes da assinatura do Contrato licitado constam deste Edital, enquanto as penalidades posteriores, já atinentes à fase de execução

contratual, constam **da minuta contratual do Anexo VIII deste Edital**, que aqui se considera literalmente transcrita para todos os efeitos;

- 21.3** Qualquer que seja o caso, a aplicação de penalidade será fundamentada em decisão da Autoridade Competente e deverá ser precedida de oportunidade para exercício do Contraditório e Ampla Defesa;
- 21.4** Nos termos do artigo 389, do Código Civil, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Instrumento Convocatório e/ou no Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, alterado e consolidado pela Resolução Sesc nº 1.252/2012, do Conselho Nacional, é facultado ao Sesc/BA ajuizar demanda para ressarcimento de perdas e danos e/ou lucros cessantes provocados por conduta de qualquer dos licitantes, inclusive vencedor e contratado;
- 21.5** O valor da multa, eventualmente aplicada, será corrigido monetariamente, com a incidência de juros legais, consoante o art. 406 do Código Civil.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1** O resultado da licitação e todos os procedimentos e decisões inerentes a este processo licitatório serão divulgados no Portal de Compras do Sesc Bahia, no endereço: www.compras.sescbahia.com.br, identificado como **Protocolo nº 23/01.00111-PE, sob o Título – “ ADEQUAÇÃO NO SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO DE INCÊNDIO PARA A UNIDADE SESC FEIRA DE SANTANA”**, todavia, fica facultado ao Pregoeiro e/ou à Comissão de Licitação, a seu critério, enviá-los por e-mail aos licitantes, no intuito, apenas, de ampliar a publicidade do ato, sendo de responsabilidade exclusiva do interessado o seu acompanhamento;
- 22.2** Para resguardar a competitividade nesta licitação, o Pregoeiro e/ou a Comissão de Licitação poderá(ão), a seu critério, relevar ou diligenciar omissões puramente formais em documentos e propostas apresentadas pelos licitantes, desde que a conduta escolhida não comprometa a lisura do certame, sendo vedada a inclusão de documentos previstos como indispensáveis neste Edital;
- 22.3** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, será excluído o dia do início e incluído o dia final, exceto quando for explicitamente disposto o contrário;
- 22.4** Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de funcionamento da sede administrativa do Sesc/BA;
- 22.5** Informações meramente verbais não terão nenhuma validade legal neste processo licitatório;
- 22.6** Não serão aceitos protocolos de requerimentos ou de renovação junto aos órgãos competentes, em substituição a quaisquer documentos exigidos no certame;
- 22.7** A Comissão de Licitação poderá, a qualquer momento, solicitar informações, esclarecimentos, documentos ou explicações para sanar dúvidas ou contradições e o seu não atendimento poderá implicar em desclassificação do licitante;
- 22.8** Os dispositivos que regulamentam este processo licitatório serão sempre interpretados em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que

não violem direitos e interesses do Sesc/BA, bem como a finalidade e a segurança da contratação e os princípios previstos no Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc;

- 22.9** Os casos omissos e as dúvidas suscitadas no curso deste processo licitatório serão dirimidos pelo Pregoeiro e/ou Comissão de Licitação, que decidirá(ão) com base no Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, alterado e consolidado pela Resolução Sesc nº 1.252/2012 e, quando não for o bastante, buscará(ão) respaldo na legislação em vigor;
- 22.10** O Sesc/BA reserva-se o direito de rejeitar propostas que não atendam ao objeto desta licitação, bem como **adiar, cancelar (revogar ou anular)** o presente Pregão Eletrônico, a qualquer momento, no todo ou parcialmente;
- 22.10.1** De igual modo, o Sesc/BA poderá **cancelar** qualquer dos objetos, ainda que após o julgamento, desde que antes da assinatura do Contrato, garantindo aos licitantes o direito ao exercício do contraditório e a ampla defesa, conforme art. 40 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc.
- 22.11** Na ausência de um dos membros titulares da Comissão, designada através da Portaria nº 5326/2023, de 13/03/2023, responsável pela análise, julgamento e conclusão deste processo, a substituição dar-se-á por seus respectivos suplentes, se houver, sendo tal substituição circunstanciada na(s) ata(s) do processo;
- 22.12** A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá a Comissão de Licitação, se necessário, modificar este Instrumento; contudo, nesta hipótese, deverá proceder a nova divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas;
- 22.13** Se o Sesc/BA tiver conhecimento de qualquer informação, fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone a idoneidade do licitante ou invalide qualquer dos requisitos legais/jurídicos, administrativos ou técnicos para execução do objeto, o mesmo poderá ser inabilitado ou desclassificado sem direito a indenização ou qualquer ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis;
- 22.14** O Sesc/BA não se responsabilizará por danos ou extravios de quaisquer documentos enviados, bem como pela não chegada dos mesmos nos prazos estabelecidos no Edital, cabendo total responsabilidade sobre a integridade da documentação ao licitante que promover tal ato;
- 22.15** Depois de decorrido 01 (um) ano da apresentação da proposta, o saldo remanescente do contrato será reajustado pelo INCC – COLUNA 35 - Índice Nacional da Construção Civil, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, permanecendo os mesmos inalterados por mais 01 (um) ano;
- 22.16** A data base para efeito do cálculo do reajuste será a data de apresentação da proposta, prevista neste Edital;
- 22.17** Fórmula de cálculo do reajuste:

$$R = [(li - lo) / lo] x V$$

Onde:

R = valor do reajustamento

li = Índice de preços do mês anterior aniversário da proposta (INCC – COLUNA 35 - FGV).

lo = Índice de preços do mês anterior apresentação da proposta (INCC – COLUNA 35 - FGV).

V = Valor da Fatura aprovada.

- 22.18** O Contrato, decorrente desta Licitação, naquilo que for possível, **poderá ser aditado, em até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial nas hipóteses de complementação ou acréscimo** que se fizerem necessário, conforme art. 30 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc/BA;
- 22.19** Os serviços extraordinários serão orçados segundo os preços unitários constantes da proposta de preços. Caso não tenham correspondentes na planilha inicial, os preços unitários serão os da época da licitação, tendo como referência os valores do SINAPI/ORSE, SINAPI data base JUNH/2023; ORSE - ABR/2023, com desoneração, sempre dependentes de justificativas e aprovação prévia do fiscal e pela autoridade competente do **CONTRATANTE**, sendo que sobre estes valores também serão aplicados o fator K e o BDI constantes da proposta;
- 22.20** A Contratada poderá admitir subcontratação parcial do objeto contratual, no limite de **até 20% (vinte inteiros por cento) do valor** do Contrato, desde que mantida sua responsabilidade perante o Sesc/BA, inclusive quanto às obrigações com Previdência Social, PIS, FGTS, dívidas trabalhistas, e demais tributos ou encargos sociais, decorrentes da contratação, tanto de seus funcionários quanto das subcontratadas;
- 22.21** A realização de subcontratação deverá possuir a anuência prévia e expressa do Sesc/BA, cabendo à empresa **CONTRATADA** apresentar a documentação de regularidade fiscal da(s) empresa(s) que será(ão) subcontratada(s) no decorrer da execução do contrato;
- 22.21.1** A Contratada responderá, única e exclusivamente, perante o Sesc/BA, pelos serviços por ela subcontratados com terceiros;
- 22.21.2** Para os serviços técnicos subcontratados deverão ser apresentados os respectivos registros no CREA/CAU, acompanhada de ART/RRT (Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica) do responsável técnico da empresa subcontratada, que deverá apresentar CAT, nos termos do subitem 9.5.3.1;
- 22.21.3** É vedada a subcontratação com Licitante que tenha participado deste procedimento licitatório.

- 22.22** A Contratada não poderá subcontratar nem transferir o presente Contrato a terceiros, sem o consentimento prévio do Contratante. Em nenhuma hipótese será permitida a subcontratação total do objeto;
- 22.23** Nenhuma indenização será devida aos Licitantes pela elaboração e apresentação da documentação de que trata o presente Edital;
- 22.24** Os documentos que integram o presente processo licitatório, inclusive o preço estimado e planilhas orçamentárias, encontram-se à disposição dos Proponentes, para consulta, mediante solicitação à Comissão de Licitação, resguardando-se, deste modo, a observância à publicidade;
- 22.25** Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época;
- 22.26** Na execução da obra e serviços, objeto do presente Edital, deverão ser observadas, de modo geral, as Especificações e as Normas Técnicas vigentes, e aquelas complementares e particulares estabelecidas no Memorial Descritivo;
- 22.27** Os serviços serão executados em total e estrita observância das indicações constantes dos projetos fornecidos pela CONTRATANTE e referidos no memorial. Para solucionar divergências entre documentos contratuais, fica estabelecido que:
- 22.27.1** Em caso de divergência entre o Memorial Descritivo e os desenhos do Projeto Arquitetônico, prevalecerá sempre o primeiro;
- 22.27.2** Em caso de divergência entre o Memorial Descritivo e os desenhos dos projetos especializados - Estrutural e Instalações -, prevalecerão sempre estes últimos;
- 22.27.3** Em caso de divergência entre as cotas dos desenhos e suas dimensões, medidas em escala, prevalecerão sempre as primeiras;
- 22.27.4** Em caso de divergência entre os desenhos de escalas diferentes, prevalecerão sempre os de maior escala;
- 22.27.5** Em caso de divergência entre desenhos de datas diferentes, prevalecerão sempre os mais recentes;
- 22.27.6** Em caso de divergência entre o quadro resumo de esquadrias e as localizações destas nos desenhos, prevalecerão sempre essas últimas;
- 22.27.7** Em caso de divergência entre o conjunto de projetos (plantas, especificações, memorial descritivo) e a planilha, prevalecerá o conjunto de projetos; cabendo ajuste na planilha, se necessário.
- 22.27.8** Em caso de dúvida quanto à interpretação dos desenhos, das normas ou das especificações, orçamentos ou procedimentos contidos no Memorial Descritivo, será consultada a CONTRATANTE.
- 22.28** Fica entendido que este Edital e seus Anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro, será considerado como especificado e válido;

22.29 Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Instrumento, prevalecerá o Foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja

Salvador, 28 de novembro de 2023.

Taiane Sacramento da Silva
Pregoeira

José Hamilton Siqueira Brito
Autoridade Competente

Maria Aparecida da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2023

OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA ADEQUAÇÃO NO SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO DE INCÊNDIO PARA A UNIDADE SESC FEIRA DE SANTANA, NOS TERMOS CONSTANTES DO EDITAL.

MEMORIAL DESCRITIVO, PLANTAS E PROJETOS, PLANILHAS ORIENTATIVAS E PLANILHAS DETALHAMENTO DO BDI DOS SERVIÇOS

- a) Os arquivos que compõem os anexos intitulados – MEMORIAL DESCRITIVO/ PLANTAS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS e BDI PARA ADEQUAÇÃO NO SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO DE INCÊNDIO PARA A UNIDADE SESC FEIRA DE SANTANA – deverão ser obtidos através do *link* abaixo-para acesso ao download via servidores de arquivo em nuvem **GOOGLE DRIVE:**

<https://drive.google.com/drive/folders/1HrXVI0N2fXShKFo-UYc7-8dmpe1iBoFB?usp=sharing>



ENDEREÇO DA UNIDADE DO SESC BAHIA:

UNIDADE DO SESC	ENDEREÇO	TELEFONE PARA AGENDAMENTO
FEIRA CENTRO	Praça Carlos Bahia, S/Nº - Centro - Feira de Santana/BA - CEP: 44.002-772	PEDRO RENATO / FABRÍCIO FREITAS (75) 3602-0038

Salvador, 28 de novembro de 2023.

Taiane Sacramento da Silva
Pregoeira

José Hamilton Siqueira Brito
Autoridade Competente

Maria Aparecida da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2023

OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA ADEQUAÇÃO NO SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO DE INCÊNDIO PARA A UNIDADE SESC FEIRA DE SANTANA, NOS TERMOS CONSTANTES DO EDITAL.

MODELO - PROPOSTA COMERCIAL

AO
SESC – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
SALVADOR – BAHIA
REFERÊNCIA: ANEXO I - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2023

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, após tomar ciência de todos os termos do edital do Pregão Eletrônico nº 111/2023 e seus anexos, apresenta ao SESC BAHIA o abaixo referenciado:

VALOR ORÇAMENTO PLANILHA DO SESC	R\$
BDI (25,22 %)	R\$
SUB TOTAL:	R\$
FATOR MULTIPLICADOR K =	
VALOR TOTAL DA PROPOSTA	R\$
VALOR TOTAL POR EXTENSO:	

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: - *(Mínima de 90 (noventa) dias)*

PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA:

Nome e Assinatura do Representante Legal da empresa

ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA ADEQUAÇÃO NO SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO DE INCÊNDIO PARA A UNIDADE SESC FEIRA DE SANTANA, NOS TERMOS CONSTANTES DO EDITAL.

(em papel e timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA PRÉVIA

Atesto, para fins de comprovação junto ao Pregoeiro e à Comissão Permanente de Licitação, que tenho conhecimento de todas as condições e peculiaridades do(s) local(is) de execução do objeto que possam, de qualquer forma, influenciar no custo e/ou na preparação de documentos e de proposta, bem como na execução do objeto da Licitação, sem apresentar qualquer objeção e, por isso, estou ciente de que não poderei pleitear, posteriormente, a modificação de condições previstas no Edital e Anexos ou arguir irregularidade ou inviabilidade técnica do objeto ou Proposta Comercial insuficiente ao cumprimento do objeto. Declaro, ainda, que estou ciente de que foi facultada a todos os interessados a oportunidade de realizar vistoria técnica no local de execução dos serviços, conforme **item 8** do Edital.

Local, de de 2023

Nome e Assinatura do Representante Legal
NOME/RG/CARGO OU FUNÇÃO

OBS: ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER IMPRESSO EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE E ASSINADO **SOMENTE** PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA.

ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2023

OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA ADEQUAÇÃO NO SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO DE INCÊNDIO PARA A UNIDADE SESC FEIRA DE SANTANA, NOS TERMOS CONSTANTES DO EDITAL.

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

(Em papel e timbrado da empresa)

Atesto, para fins de comprovação junto à Comissão Permanente de Licitação, que tenho conhecimento de todas as condições e peculiaridades dos veículos que serão disponibilizados para a execução do objeto do **Pregão Eletrônico n.º 111/2023** que possam, de qualquer forma, influenciar no(s) custo(s) e/ou na preparação de documentos e de proposta, bem como na execução do(s) do objeto da Licitação, sem apresentar qualquer objeção e, por isso, estou ciente de que não poderei pleitear posteriormente, a modificação de condições previstas no Edital e Anexos ou arguir irregularidade ou inviabilidade técnica do objeto ou Proposta Comercial insuficiente ao cumprimento do objeto.

Declaro, ainda, que estou ciente de que foi facultada a todos os interessados a oportunidade de realizar vistoria técnica nos veículos onde serão executados os serviços, conforme item 8 do Edital.

Local, _____ de _____ de 2023.

Nome e Assinatura do Representante Legal
NOME/RG/CARGO OU FUNÇÃO

OBS: ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER IMPRESSO EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE E ASSINADO SOMENTE PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA.

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA ADEQUAÇÃO NO SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO DE INCÊNDIO PARA A UNIDADE SESC FEIRA DE SANTANA, NOS TERMOS CONSTANTES DO EDITAL.

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE RELAÇÃO COM DIRIGENTE E/OU EMPREGADO DO SOCIAL DO COMÉRCIO

_____ (nome da pessoa jurídica) _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na _____ (endereço completo) _____, neste ato representado pelo seu representante legal, Sr. _____ (nome do representante legal) _____, inscrito no CPF sob o n.º _____, **DECLARA**, para os devidos fins e sob as penalidades da lei, que não possui em seu quadro societário dirigente e/ou empregado do Serviço Social do Comércio, responsabilizando-se, ainda, em informar qualquer alteração nesse tocante enquanto perdurar os efeitos da contratação.

Salvador/BA, dia/mês/ano.

Assinatura do Representante Legal da empresa

ANEXO VI
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA ADEQUAÇÃO NO SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO DE INCÊNDIO PARA A UNIDADE SESC FEIRA DE SANTANA, NOS TERMOS CONSTANTES DO EDITAL.

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO PRÉVIA DE TODAS AS CONDIÇÕES ESTIPULADAS NO EDITAL

SERVIÇO: SERVIÇOS ADEQUAÇÃO NO SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO DE INCÊNDIO PARA A UNIDADE SESC FEIRA DE SANTANA.

Prezados Senhores,

Declaramos que concordamos, integralmente, com todas as condições estipuladas no referido Edital de Pregão Eletrônico nº 111/2023, e seus Anexos, que tomamos conhecimento de todas as condições para a execução dos serviços licitados, que tais condições foram levadas em consideração para elaboração das propostas, objeto desta Licitação, e que assumimos exclusiva e total responsabilidade pela execução da obra.

Salvador, ____ de _____ de 2023.

Nome e Assinatura do Responsável Legal da empresa

OBSERVAÇÃO: ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER IMPRESSO EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE.

ANEXO VII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA ADEQUAÇÃO NO SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO DE INCÊNDIO PARA A UNIDADE SESC FEIRA DE SANTANA, NOS TERMOS CONSTANTES DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM A PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS

Declaramos a concordância com a composição de preços unitários dispostos na planilha de preços unitários parte integrante do Edital de Pregão Eletrônico nº 111/2023, já embutidos os encargos sociais, tendo assim, pleno conhecimento das condições da mesma.

Declaramos, ainda, que nos Preços Unitários propostos para todos os serviços, objeto desta licitação, já estão incluídos as despesas e os custos referentes a materiais, mão de obra (até mesmo com utilização de horários e dias extraordinários), encargos sociais e trabalhistas, seguros, tributos, uso de equipamentos, deslocamento, fretes, gastos com transportes, hospedagem e alimentação dos trabalhadores e quaisquer outras despesas, direta ou indiretamente relacionadas com o objeto desta licitação, bem como o nosso lucro.

Nome e Assinatura do Responsável Legal da empresa

OBSERVAÇÃO: ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER IMPRESSO EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE.

ANEXO VIII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2023

MINUTA DE CONTRATO – BA – 2023 Nº XX

O **SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC** – Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, através da **Administração Regional no Estado da Bahia (SESC/BA)**, com sede administrativa inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.591.002/0001-90, localizada na Avenida Tancredo Neves, nº 1.109, Edifício Casa do Comércio Deraldo Mota, 8º andar, Caminho das Árvores, Salvador/BA, com Inscrição Estadual n.º 70.726.119, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor Regional, **Sr. Marconi Silva Sousa**, e, de outro lado, doravante denominada **CONTRATADA**, a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, situada _____, CEP: _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º _____, SSP/XX, inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º _____, residente e domiciliado na _____.

As partes contratantes estipulam e aceitam as condições previstas nas Cláusulas a seguir transcritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato para adequação no sistema de alarme e detecção de incêndio da unidade Sesc Feira de Santana, de acordo com as especificações constantes do **Processo nº 111/2023** e seus Anexos, os quais são partes integrantes do presente contrato como se aqui estivessem literalmente transcritos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

O valor total deste Contrato é de R\$(.....), o qual será pago pelo **CONTRATANTE**, por meio de parcelas, calculadas em percentagens sobre o referido preço, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela **CONTRATADA**, após medições mensais, realizadas pelo responsável pela fiscalização dos serviços, **salvo a última parcela em que a medição só ocorrerá após a verificação dos serviços pelo CONTRATANTE e a emissão do Termo de Recebimento Provisório.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O valor constante no *caput* desta Cláusula, que representa o somatório das parcelas, será pago pelo **SESC/BA**, em moeda corrente nacional, através de depósito na conta corrente indicada pela **CONTRATADA**, após conclusão dos serviços de cada parcela e medição, bem como da entrega dos documentos solicitados neste Contrato e no Edital de **Pregão Eletrônico nº 111/2023**.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O pagamento da Nota Fiscal referente aos valores devidos por conta da execução dos serviços, em parcelas mensais, será efetuado **em até 10 (dez) dias úteis**, após conferência e medição dos serviços pelo Fiscal da **CONTRATANTE**, conforme o Cronograma Físico-Financeiro e parecer de liberação do fiscal.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A primeira medição ocorrerá em 40 (quarenta) dias, a partir da assinatura do contrato, sendo que a última é condicionada ao comissionamento do sistema e realização de testes de funcionalidades dos sistemas de combate ao incêndio (hidrantes e sistema de alarme), conforme o Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUARTO

O pagamento à **CONTRATADA** ocorrerá havendo a execução a contento do objeto abrangido no Cronograma Físico Financeiro e na nota fiscal, conforme atestado por fiscal da execução ou quando a **CONTRATANTE**, a seu critério, optar por não efetuar qualquer retenção na data prevista para pagamento, ainda que haja em curso procedimento de aplicação de penalidade. Eventual declaração de execução de serviço “a contento” apenas atesta a conclusão aparente do serviço, mas não a qualidade e completude do mesmo, cuja verificação estará sujeita a ulterior análise do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUINTO

Na hipótese de constatar que foi lançado na Nota Fiscal valor correspondente aos serviços que não foi realizado ou não o foi a contento, deverá(ão) o(s) Fiscal(is) notificar a **CONTRATADA** para que substitua a Nota e/ou repare a execução defeituosa ou ineficiente.

PARÁGRAFO SEXTO

Eventual pagamento da nota fiscal não implica aprovação ou aceite definitivo dos serviços pelo **CONTRATANTE** ou renúncia ao seu poder-dever de fiscalização dos serviços e, caso seja verificada infração contratual da **CONTRATADA** relacionada a serviços já pagos, poderá a **CONTRATANTE** aplicar a penalidade devida, desde que respeitado o contraditório.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Sem prejuízo da possibilidade de aplicação posterior de penalidade, caso o **CONTRATANTE** verifique, até a data prevista para pagamento, infração da **CONTRATADA** passível de penalidade, poderá reter montante equivalente à penalidade. A retenção aqui referida deverá ter equivalência com o valor da penalidade prevista neste contrato para a infração que se imputa à **CONTRATADA** e caso, ao final da apuração, seja constatada inoccorrência, o referido valor será devolvido da mesma forma aqui prevista para realização do pagamento. Na hipótese de confirmação da infração, a retenção se converterá em pagamento, podendo ou não ser acrescida de outras penalidades que venham a ser constatadas posteriormente.

PARÁGRAFO OITAVO

É vedada a negociação de faturas ou títulos de crédito com instituições financeiras.

PARÁGRAFO NONO

Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das responsabilidades deste Contrato, quaisquer que sejam, nem implicará em aprovação, total ou parcial, dos serviços executados.

PARÁGRAFO DÉCIMO

A retenção de ISS, quando couber, será feita pelo **CONTRATANTE**, por isso, nas localidades onde houver requisitos a serem observados na emissão da nota fiscal para viabilizar esta retenção, a **CONTRATADA** emissora deverá atendê-los.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo informado neste Contrato e na Proposta Comercial apresentada no procedimento licitatório, todavia, caso tenha sido emitida por filial com CNPJ distinto, deverá ser acompanhada das certidões e documentos que comprovem sua regularidade jurídica e fiscal.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

Caso seja necessário abrir filial ou cadastro de inscrição provisória para emitir nota fiscal no local de prestação/entrega do objeto, o eventual custo deste procedimento **INDISPENSÁVEL** será de responsabilidade da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

Os valores e informações da(s) Nota(s) Fiscal(is) deverão ser o(s) mesmo(s) consignado(s) no Contrato, e corresponderem aos serviços efetivamente prestados, caso contrário não será liberado o respectivo pagamento. Na hipótese de divergência entre a Proposta Comercial na Licitação, descrição do Contrato e descrição na Nota Fiscal, fica estabelecido o prazo de até **03 (três) dias úteis** para a **CONTRATADA** fazer a substituição da nota, a contar da notificação do fato, sem que isso implique em correção do valor.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

A devolução da Nota Fiscal e dos documentos que a integram, nos casos em que sejam verificados que os mesmos estão em desacordo com o quanto estabelecido no Edital e no presente Contrato, não poderá ser utilizado como pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus funcionários ou a terceiros.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

É obrigatória a apresentação de Nota Fiscal Eletrônica, como condição de pagamento à **CONTRATADA**, para objetos com prestação em Salvador ou localidade onde tal documento/procedimento já tenha sido estabelecido.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO

A **CONTRATADA** declara estar ciente de que sobre o valor do Contrato será realizado o recolhimento, na fonte, dos tributos municipais, estaduais e federais e/ou encargos sociais aplicáveis em observância à legislação, por isso, nas localidades onde houver requisitos específicos a serem observados na emissão da Nota Fiscal para viabilizar esta retenção, a **CONTRATADA** deverá atendê-los.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO

A Nota Fiscal deve ser emitida com o **CNPJ 03.591.002/0019-10** da Unidade requisitante onde ocorrerá a prestação dos serviços do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO

A instituição bancária, a agência e a conta corrente deverão estar indicados na Nota Fiscal/Fatura.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO

Caso a **CONTRATADA** venha a sofrer alteração das alíquotas tributárias a si aplicáveis ou venha a perder o enquadramento no SIMPLES não poderá repassar ao **CONTRATANTE** as diferenças de valores decorrentes desta(s) alteração(ões).

PARÁGRAFO VIGÉSIMO

O valor a ser pago pelo cumprimento das exigências constantes deste Contrato abrange mão de obra, equipamentos de segurança (EPI e EPC), frete, garantia, materiais, ferramentas, transporte, embalagens, alimentação, taxas, verbas trabalhistas, remuneração de profissionais envolvidos, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas necessárias a total execução do objeto, cabendo deduzir deste valor os tributos e encargos aplicáveis.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO

A critério do **CONTRATANTE** poderá ser descontado, do pagamento que a **CONTRATADA** fizer *jus*, o valor necessário para quitar débitos, decorrentes de penalidades que tenham sido regularmente aplicadas, bem como de salários ou quaisquer dívidas de natureza trabalhistas ou previdenciárias, dos funcionários alocados na prestação dos serviços contratados.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO

O **CONTRATANTE**, por ocasião dos pagamentos, exigirá da **CONTRATADA**, como condição de efetivação do depósito, a comprovação de regularidade no cumprimento de obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, ou outros documentos que tenham sido exigidos na fase de habilitação do certame.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO

A **CONTRATADA** não poderá executar serviço em prol do **CONTRATANTE** que não esteja abrangido pelo objeto deste Contrato, salvo se tiver havido prévia autorização ou outra contratação autônoma em relação a este instrumento.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO

Por ocasião de cada faturamento, serão exigidas cópias dos comprovantes do pagamento de salários, transporte, alimentação, recolhimento do INSS, FGTS, PIS e outros encargos que digam respeito a todos os empregados na obra, relativos ao mês de competência.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO

As retenções contratuais não serão restituídas no caso de rescisão do Contrato por culpa da **CONTRATADA**, inclusive incapacidade ou comprometimento da qualidade dos serviços, que torne a obra inaceitável pelo **CONTRATANTE**, bem como estarão sujeitas a abatimento de quaisquer prejuízos a que der causa a **CONTRATADA**, de acordo com as penalidades contratuais.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO

Havendo erro na fatura, recusa de aceitação de serviços pelo **CONTRATANTE**, ou descumprimento das obrigações da **CONTRATADA** para com terceiros, decorrentes da obra, inclusive obrigações sociais ou trabalhistas, que possam prejudicar de alguma forma o **CONTRATANTE**, o pagamento será susinado para que a **CONTRATADA** tome as providências cabíveis.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO

Correrão por conta da **CONTRATADA** todos os ônus decorrentes das sustações.

CLÁUSULA TERCEIRO – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

O prazo de vigência do presente contrato se encerrará **180 (cento e oitenta)** dias corridos após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra, sem a necessidade de aviso prévio ou termo escrito.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A execução dos serviços obedecerá rigorosamente as Especificações Técnicas e detalhes constantes do Anexo I do Edital. O prazo total de execução da obra será de **70 (setenta) dias corridos**, a contar da assinatura do Contrato. Sendo que os serviços contratados serão executados de acordo com as etapas discriminadas a seguir:

ETAPA 01	EMISSÃO DE DOCUMENTOS E MOBILIZAÇÃO	Prazo de 10 (dez) dias corridos , contados da assinatura deste contrato
ETAPA 02	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DO ESCOPO	Prazo de 60 (sessenta) dias corridos , contados da conclusão da Etapa 01
PRAZO PARA SOLICITAR A VISTORIA JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS, PARA EMISSÃO DO AVCB		Prazo de 07 (sete) dias corridos , contados da conclusão da Etapa 02

PARÁGRAFO SEGUNDO

A **CONTRATADA** deverá executar os serviços objeto do presente Contrato na Unidade, conforme endereço descrito abaixo:

UNIDADE DO SESC	ENDEREÇO
FEIRA CENTRO	Praça Carlos Bahia, S/Nº - Centro - Feira de Santana/BA - CEP: 44.002-772

PARÁGRAFO TERCEIRO

Quando da conclusão da Etapa 02, e após vistoria da fiscalização, será emitido o Termo de Recebimento Provisório do Contrato. Em paralelo ao Recebimento Provisório, no prazo de **07 (sete) dias corridos**, a **CONTRATADA** deverá solicitar a vistoria junto ao Corpo de Bombeiros, para emissão do AVCB. Ressalvando que todas as despesas meramente administrativas (v.g. despachantes e autenticações) para execução desses procedimentos são por conta da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUARTO

A **CONTRATADA** se obriga a entregar, o objeto do presente contrato, inteiramente concluído, com as licenças e autorizações das autoridades competentes e o visto da Assessoria Técnica do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUINTO

Quando, por motivo comprovadamente de responsabilidade do **CONTRATANTE** e inteiramente alheio à vontade da **CONTRATADA**, ou por motivo de força maior, ocorrerem atrasos no andamento dos serviços, desde que devidamente solicitado e justificado, o **CONTRATANTE** poderá conceder dilatação do prazo de execução, correspondente aos períodos verificados, não implicando a reformulação, para todos os efeitos, em novação contratual.

PARÁGRAFO SEXTO

Os serviços contratados deverão ser executados no período de funcionamento da Unidade, cabendo à **CONTRATADA** definir a jornada de trabalho e a quantidade de empregados necessários ao cumprimento do(s) prazo(s) previsto(s) nesta cláusula.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Caso haja necessidade de os serviços serem prestados fora do horário e dias previstos, deverá haver autorização prévia da gerência da Unidade.

PARÁGRAFO OITAVO

O **CONTRATANTE** não arcará com nenhum ônus decorrente da necessidade de prestação de serviços realizados fora do horário comercial, seja no turno noturno, aos sábados, domingos e/ou feriados, para a execução do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO NOVO

Caso não haja aprovação do Corpo de Bombeiros por erro da **CONTRATADA**, a mesma terá que arcar com os custos de nova(s) vistoria(s) e com o refazimento dos serviços, até obter a sua aprovação.

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

O **CONTRATANTE** reterá **5% (cinco por cento)** do valor de cada fatura, como garantia de execução ao contrato, esses valores retidos como garantia serão restituídos ao Contratado por ocasião do recebimento definitivo, após a verificação da existência de penalidades contratuais, previstas no **item 21**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O valor correspondente à garantia de execução será depositado em Caderneta de Poupança e devolvido pelo saldo que apresentar, quando assinado o “Termo de Recebimento Definitivo”, pelo Fiscal e mediante entrega do CND da obra.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O valor retido como garantia de execução será restituído à **CONTRATADA** por ocasião do recebimento definitivo dos serviços, após a verificação da existência de penalidades contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A devolução da garantia de execução ou o valor que dela restar, ocorrerá após o recebimento definitivo de todos os serviços previstos no objeto da presente contratação.

PARÁGRAFO QUARTO

A **CONTRATADA** perderá a garantia de execução quando:

- a) Da inadimplência das obrigações e/ou rescisão do presente Contrato;
- b) Do não recebimento provisório e/ou definitivo, e/ou não aceitação, pelo **CONTRATANTE**, do objeto contratado.

CLÁUSULA QUINTA – DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL E RISCOS DE ENGENHARIA.

A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE** no prazo de até **10 (dez) dias corridos** da assinatura do Contrato, as apólices de seguro, consoante descritivo abaixo:

- a) Apólice de Seguro Contra **Riscos de Engenharia**, tendo por base o valor total contratado, cabendo a manutenção de sua validade até o Recebimento Provisório da Obra, a qual deverá cobrir eventuais prejuízos de origem súbita e imprevista por qualquer causa, inclusive as avarias causadas por erros de projetos, desentulho e despesas extraordinárias;
- b) Apólice de Seguro de **Responsabilidade Civil**, tendo por base o valor total cabendo a manutenção de sua validade até o Recebimento Provisório da Obra.

PARÁGRAFO ÚNICO

Em caso de sinistros não cobertos pelo seguro contratado, a **CONTRATADA** responderá pelos danos e prejuízos que causar ao **CONTRATANTE** ou à propriedade ou posse de terceiros, em decorrência da execução da obra.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Sem prejuízo de outras obrigações inerentes à perfeita realização dos serviços objeto deste Contrato, constituem-se obrigações das partes os dispositivos a seguir, além das insertas no Edital de Licitação que ensejou a presente contratação:

PARÁGRAFO PRIMEIRO

São **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- I. Realizar a execução dos serviços dos objetos contratados, bem como a prestação dos serviços, situado(s) no endereço informado na Cláusula Terceira deste Contrato, sob pena de, não o fazendo, responder administrativamente, sujeitando-se à aplicação das penalidades previstas neste Contrato, sem prejuízo de responder também ação judicial cabível;
- II. Garantir a quantidade, qualidade e adequação dos serviços a serem prestados por si;
- III. Executar os serviços de acordo com a Proposta apresentada nas especificações contidas no respectivo Edital e seus anexos, os quais reputam-se aqui literalmente transcritos;
- IV. Refazer o(s) serviço(s) e/ou substituir o(s) equipamento(s) que esteja(m) em desacordo com a Proposta apresentada ou com as especificações contidas neste Contrato e seus Anexos ou norma aplicável vigente ou que porventura apresente(m) imperfeições, em prazo não superior a **03 (três) dias úteis** da notificação, correndo por sua conta todas as despesas ou danos daí decorrentes;
- V. Acatar as determinações do Gestor do contrato que poderá determinar a realização de serviços ou sustá-la, total ou parcialmente, a qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- VI. Executar a obra dentro do período do Cronograma Físico – Financeiro, em dias e horários predefinidos junto à gerência da Unidade, portanto a **CONTRATADA** deve levar em consideração o tempo de execução no seu orçamento, arcando inclusive com trabalhos noturnos em finais de semana e feriados; bem como as despesas decorrentes de trabalho em horário extraordinário ou noturno, sem que caiba remuneração adicional por estas razões;
- VII. Responsabilizar-se por todo e qualquer encargo resultante da execução do objeto deste Contrato, inclusive os de natureza trabalhista, administrativa, previdenciária, fiscal e comercial, seja extrajudicialmente ou na hipótese de demanda judicial, não cabendo subsidiariedade ou solidariedade com o **CONTRATANTE**;
- VIII. Ressarcir ao **CONTRATANTE** todas as despesas decorrentes de condenação sofrida pela Entidade, em ação judicial, de qualquer natureza, ou acordo extrajudicial, decorrente de inobservância de dispositivo legal, pela **CONTRATADA**, independentemente de ação de regresso ou similar;

- IX.** Responder objetivamente e integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, representantes e/ou subcontratados no curso da execução do contrato ou que resulte de execução indevida do objeto a que se obrigou, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- X.** Assumir inteira responsabilidade pela conservação e limpeza dos locais de circulação e de execução dos serviços;
- a)** Proceder à limpeza fina completa em toda a área da obra após a conclusão dos trabalhos;
 - b)** Arcar com todo o serviço e os custos de bota-fora e descarte de todos os materiais, referente a entulho, produtos excedentes e embalagens vazias, devendo conduzir esses materiais para local apropriado autorizado pela Prefeitura e de acordo com a legislação ambiental vigente;
 - c)** Realizar a retirada do entulho e bota-fora em dias e horários predefinidos junto à gerência da Unidade;
- XI.** Manter adimplidos e tempestivamente quitados quaisquer débitos trabalhistas e fiscais, bem como manter em dia todas as condições de habilitação exigidas neste edital, até a conclusão plena do objeto por si adjudicado, ciente de que os comprovantes poderão ser exigidos a qualquer tempo neste período;
- XII.** Fornecer, por sua conta, os materiais, insumos/suprimentos, mão-de-obra, matéria-prima, ferramentas, equipamentos, inclusive de EPI e EPC, transporte, seguro, fretes, taxas, e tudo que for aplicável aos objetos propostos, de qualquer natureza, direta ou indireta, que se faça indispensável à sua perfeita execução;
- XIII.** Registrar, sem ônus para o **CONTRATANTE**, o(s) profissional(is) responsável(is) pela execução dos serviços e dos projetos complementares, junto ao(s) respectivo(s) Conselho(s) de Registro Profissional, registrando a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT), na forma do disposto da legislação. Deve constar na ART o(s) nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s) e do(s) profissional(is) encarregado(s) pela coordenação direta dos serviços;
- XIV.** Enviar ao **CONTRATANTE** comprovação do registro do serviço no **CREA ou CAU** em até **10 (dez) dias corridos após a assinatura deste Contrato**;
- a)** Em se tratando de pessoa jurídica e/ou profissional registrado em outro Estado, enviar a comprovação do visto no **CREA/BA ou CAU/BA** de acordo com o artigo art. 58 da lei 5.194 de 24/12/1966, no mesmo prazo previsto no **inciso XIV**;
- XV.** Manter, em seu quadro, profissional de formação acadêmica que o qualifique, inclusive junto ao **CREA ou CAU**, para atuar como responsável técnico pelo serviço contratado, o qual deverá comparecer às reuniões ou visitas técnicas, sempre que convocado para tal, pelo **CONTRATANTE**;
- XVI.** Submeter ao **CONTRATANTE**, previamente e por escrito, qualquer mudança de responsabilidade técnica dos serviços para aprovação, ressaltando-se que o substituto deverá ter, no mínimo, a mesma qualificação técnica exigida inicialmente no Edital,

comprovada através de Certidão de Acervo Técnico, emitida pelo respectivo Conselho de Registro Profissional e registro regular perante o **CREA/BA** ou **CAU/BA**;

- XVII.** Manter atualizado e regular o seu registro junto ao **CREA** ou **CAU** e a fiscalização do cumprimento de normas de segurança do trabalho;
- XVIII.** Possibilitar ao **CONTRATANTE** a fiscalização da execução do objeto contratado, o que não diminui ou substitui a responsabilidade da **CONTRATADA** decorrente das obrigações aqui assumidas;
- XIX.** Apresentar sua equipe de trabalho uniformizada, calçada e com crachá de identificação, sem o que os trabalhadores não terão acesso às dependências do **CONTRATANTE**;
- XX.** Responsabilizar-se exclusivamente por todos os ônus referentes à mão de obra de execução de serviços;
- XXI.** Comunicar ao **CONTRATANTE** qualquer fato atípico ou indevido que possa interferir no bom andamento e êxito dos serviços objeto do presente Contrato seja decorrente de bem ou de conduta de pessoal/equipe da **CONTRATADA**;
- XXII.** Fornecer sempre que o Sesc/BA solicitar e sempre que houver alteração, a relação nominal com os dados pessoais (nome completo, filiação, data de nascimento, RG, CPF) dos profissionais que executarão os serviços, bem como o registro desses empregados ou cópia do contrato de prestação de serviço dos mesmos, como condição para realizar a obra;
- XXIII.** Substituir o(s) empregado(s), no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, por outro(s) de qualificação igual ou superior, sem ônus para a **CONTRATANTE**, nos seguintes casos:
 - a) Falta justificada ou injustificada;
 - b) Afastamento definitivo da empresa;
 - c) Licença e/ou atestado médico;
 - d) Gozo de férias, devendo, neste caso, o profissional substituto ser apresentado ao Gestor do Contrato, no mínimo, com 10 dias úteis de antecedência;
 - e) Solicitação do Gestor do Contrato em razão de conduta inconveniente ou incapacidade técnica;
- XXIV.** Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com a execução do objeto deste Contrato, sem ônus adicionais para o **CONTRATANTE** e seus funcionários/beneficiários, desde que de responsabilidade da **CONTRATADA**;
- XXV.** Efetuar uma minuciosa inspeção em toda a área envolvida no projeto, observando as condições para execução dos serviços e a compatibilização de seus elementos com as estruturas e instalações existentes;
- XXVI.** Fornecer nota fiscal na forma prevista neste Instrumento, para viabilizar o adequado pagamento, com atenção dos encargos tributários aplicáveis;
- XXVII.** Adotar todas as providências necessárias visando à segurança de transeuntes, assim como de todo pessoal envolvido com os serviços, sendo de sua responsabilidade a implantação de procedimentos de segurança, a execução de proteções, bem como o

fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC), obedecendo ao disposto nas normas de segurança do Ministério da Economia;

- XXVIII.** Dar ciência, imediata, ao **CONTRATANTE** de toda e qualquer anormalidade que se verificar na execução dos serviços contratados, sob pena de suportar prejuízos e responder por perdas e danos decorrentes da mesma;
- XXIX.** Executar os serviços que compõem o objeto deste Contrato, no tocante às questões de segurança e saúde no trabalho, em absoluta conformidade com Portarias e Normas Regulamentadoras (NR) estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ciente de que qualquer autuação do **CONTRATANTE**, neste sentido, implicará em dedução do valor da penalidade ao valor a ser por si recebido, sem prejuízo de penalidade contratual que poderá ser aplicada cumulativamente. Caberá à **CONTRATADA**, o cumprimento das disposições contidas na NR-18, no tocante a realização de procedimentos e o emprego de equipamentos de segurança individual e coletiva;
- XXX.** Providenciar e manter, no local da obra, um **Livro Diário de Obra**, onde serão lançadas todas as ocorrências e fatos dignos de registro, tais como os serviços realizados, o efetivo diário, condições climáticas e, especialmente, as datas do início da obra e do término de cada etapa de serviço; o livro será assinado pelo engenheiro residente (seu representante da **CONTRATADA** na obra e encarregado da coordenação direta dos serviços) e pela Fiscalização do **CONTRATANTE**;
- XXXI.** Proteger as passagens indicadas ao acesso de pedestres e providenciar a sinalização e isolamento da área objetivando o disciplinamento da circulação de pessoas e material durante o período da obra e a segurança dos usuários da unidade, clientes e todo pessoal envolvido com os serviços, bem como as instalações físicas da edificação;
- XXXII.** Ressarcir ao **CONTRATANTE** os prejuízos que decorrerem de falha nos serviços prestados;
- XXXIII.** Responsabilizar-se pelo transporte dos equipamentos e materiais, bem como a guarda e a manutenção dos mesmos;
- XXXIV.** Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obriga, pronta e imediatamente, a atender;
- XXXV.** Informar ao **CONTRATANTE** sempre que houver alteração de endereço comercial, telefone, e-mail e/ou site;
- XXXVI.** Atender às normas da **ABNT** e demais normas técnicas aplicáveis ao objeto;
- XXXVII.** Incluir, nos preços unitários contratuais, todos os custos diretos e indiretos, fretes, despesas relativas à pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o Contrato, a exemplo de salários, horas extras, encargos sociais e trabalhistas, encargos previdenciários e de acidentes de trabalho, impostos, alimentação do seu pessoal, deslocamentos de funcionários, vale transporte, equipamentos de proteção individual e coletivo, tributos, seguros, taxas e serviços, autorizações, alvarás e licenças em repartições públicas, habite-se, inclusive, aprovação da obra junto ao Corpo de bombeiros, registros, autenticações do Contrato, depreciações, incidências e taxas de reincidências, ferramentas individuais, bem como todos adicionais de

insalubridade/periculosidade, regulamentos em Lei e Convenção Coletiva de Trabalho, que venham a incidir sobre os serviços;

- XXXVIII.** Executar estrutura completa e independente para o canteiro de obras (tapumes, escritórios, depósitos, refeitório, etc.), devendo providenciar, ainda, vigilância, sinalização e isolamento da área da obra, com telas de isolamento em polipropileno, objetivando disciplinar a circulação de pessoas e material, durante o período da obra, além da separação entre obra e a unidade existente;
- XXXIX.** Proceder com a desmobilização do canteiro com a desmontagem de todas as instalações provisórias após a realização dos serviços, retirando do Sesc todos os materiais e equipamentos utilizados nos serviços, responsabilizando-se exclusivamente pela reconstituição dos trechos de pavimentação, instalações, pintura, coberturas, esquadriais e revestimento (internos ou externos) ou de quaisquer elementos que compõem a estrutura física da unidade porventura danificados em decorrência dos trabalhos, cabendo à **CONTRATADA** todos os reparos e trocas, deixando os locais em condições idênticas as originais;
- XL.** Inscrever-se na matrícula CNO (Cadastro Nacional de Obras), devendo apresentar a comprovação de inscrição em até **10 (dez) dias úteis** após a assinatura do presente contrato, estando o pagamento da primeira parcela da obra atrelado à assinatura deste documento;
- XLI.** Ao enviar a Nota Fiscal correspondente a **1ª medição**, apresentar à Fiscalização de Obra, cópia do Registro Funcional dos funcionários, cópia do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) específico para função, Projeto de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil, em atendimento às normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente, compatível com o Projeto de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil elaborado pelos órgãos Municipal, Estadual ou Federal, Plano de Atendimento à Emergências, Registro do SESMT; **PPRA** (Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais), **PCMAT** (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria) e **PCMSO** (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional);
- XLII.** Atender as disposições contidas no Decreto-Lei n.º 5.452/43 e a Lei n.º 6.514/77 e disponibilizar sempre que solicitado pela **CONTRATANTE** documentos e registros em atendimento às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- XLIII.** Atender a Portaria n.º 3.214/78, suas Normas Regulamentadoras – NR's (NR1 a NR36), conforme aplicabilidade e em especial a NR 18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção) e legislação complementar aplicável;
- XLIV.** Disponibilizar sempre que solicitado, pela **CONTRATANTE**, Comprovante de Treinamento para atividades conforme Normas Regulamentadoras (**NR 10, NR11, NR12, NR18 e NR 35 entre outras**), Comprovante de Treinamento de Integração, Fichas de Recibo de EPI'S dos funcionários e seus respectivos Certificados de Aprovação e outros conforme necessidade;
- XLV.** Utilizar produtos e subprodutos de madeira de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal, aprovados por órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos

Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do presente Contrato poderá acarretar sanções administrativas e contratuais, sem prejuízo das implicações de ordem legais eventualmente cabíveis. Para tanto, deverá anexar, junto às respectivas Notas Fiscais, atinentes às medições aprovadas pelo fiscal, a certificação necessária à sua comprovação;

XLVI. Arcar, desde o início dos serviços, por sua conta e risco exclusivos, independentemente de caso fortuito ou força maior, as consequências de:

- a) Sua negligência, imperícia ou imprudência;
- b) Falta de solidez nos trabalhos, encontrada mesmo após o término do Contrato;
- c) Imperfeição ou insegurança das instalações;
- d) Infrações relativas ao direito de propriedade industrial;
- e) Furto, perda, roubo, deterioração ou avaria de materiais ou equipamentos usados na execução dos serviços;
- f) Ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros;
- g) Acidentes de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros, nos serviços ou em decorrência dele.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os pontos para ligações de água e força para execução dos serviços serão fornecidos pelo **CONTRATANTE**, cabendo à **CONTRATADA** as extensões e ramais necessários, assim como toda responsabilidade por qualquer dano que vier a acontecer durante o período do contrato, como consequência dos serviços das ligações provisórias da obra.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Será da **CONTRATADA**, e às suas expensas, toda a responsabilidade pela legalização dos serviços objeto do presente Contrato junto aos Órgãos Oficiais, providenciando, junto aos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, a aprovação de todos os componentes do projeto ou detalhamento apresentado em sua Proposta, sendo que o atendimento de qualquer exigência que implique em sua modificação deverá ser precedido de autorização por escrito do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUARTO

Qualquer alteração das disposições e especificações constantes dos documentos mencionados nesta Cláusula, somente será executada depois de comunicada, por escrito, ao Fiscal da **CONTRATANTE** e aprovada pelo fiscal, sendo que, em qualquer caso, a **CONTRATADA** responderá pela solidez e durabilidade das inovações.

PARÁGRAFO QUINTO

São **OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**:

- I. Prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados, de modo a viabilizar a execução do serviço contratado da forma mais perfeita e eficiente possível;

- II. Designar representante que possa aferir se o objeto foi cumprido a contento, bem como para fiscalizar o andamento do serviço prestado pela **CONTRATADA**, notificando, por escrito, quaisquer problemas ou irregularidades encontradas e, inclusive, sugerindo aplicação de penalidade;
- III. Efetuar os pagamentos dentro do prazo estipulados no *Parágrafo Segundo da Cláusula Quarta* deste Contrato, desde que cumpridas às exigências ali constantes;
- IV. Fiscalizar o bom andamento do serviço prestado pela **CONTRATADA**, notificando, imediatamente e por escrito, quaisquer problemas ou irregularidades encontradas;
- V. Fornecer atestado de capacidade técnica, quando solicitado, à **CONTRATADA** que tiver cumprido plenamente as obrigações contratuais no modelo em que foi requerido para comprovação de capacidade técnica;
 - a) Caso ocorra alguma falha na execução do serviço contratado ou em alguma obrigação conexa, o **CONTRATANTE** poderá emitir o atestado de capacidade técnica com ressalvas, inclusive especificando-as.
- VI. Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as especificações técnicas constante deste Contrato e Anexos e, nesta hipótese, solicitar que o serviço seja refeito, resultando disso o reinício da contagem do prazo para realização do pagamento.

PARÁGRAFO SEXTO

Quaisquer alterações nas especificações do objeto do presente Contrato somente serão executadas depois de comunicadas, por escrito, ao **CONTRATANTE** e após celebração de aditivo específico, sendo que, em qualquer caso, a **CONTRATADA** responderá pela solidez e durabilidade das inovações.

PARÁGRAFO SÉTIMO

O **CONTRATANTE** não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência ou cessão de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras pessoas físicas ou jurídicas, ainda que sejam suas representantes, franqueadas ou mantenham com a mesma qualquer outro tipo de vínculo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSINATURA DO CONTRATO

Para que o **CONTRATANTE** autorize o início imediato da obra, a empresa **CONTRATADA** deverá apresentar em até **10 (dez) dias corridos**, após a assinatura do Contrato, os seguintes documentos:

- a) Apólice de Seguro Contra Riscos de Engenharia e Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil, para todo o período de execução dos serviços, tendo por base o valor total dos serviços Contratados;
- b) Matrícula CNO dos serviços, junto ao INSS, vinculada ao CNPJ/MF pela **CONTRATADA**;

- c) Comprovação do Registro do Serviço no **CREA ou CAU**, sendo a empresa **CONTRATADA** de outro Estado e, conseqüentemente inscrita no **CREA / CAU** de origem, deverá apresentar prova do visto ou registro da Empresa, como Pessoa Jurídica, junto ao **CREA/BA ou CAU/BA**, por força do disposto na Lei nº. 5.194, de 24/12/66, no mesmo prazo previsto no inciso XIV;
- d) Da mesma forma, sendo o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços, de outro Estado e, conseqüentemente inscrito no **CREA/CAU** de origem, deverá(ão) apresentar na assinatura do contrato, como condição, prova do visto ou registro junto ao **CREA/BA ou CAU/BA**;
- e) Registrar, sem ônus para o **CONTRATANTE**, o(s) profissional(is) responsável(is) pela execução dos serviços, junto ao respectivo Conselho de Registro Profissional (CREA e/ou CAU), registrando a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), na forma do disposto da legislação. Deve constar na ART o(s) nome(s) do(s) responsável (is) técnico(s) e do(s) profissional(is) encarregado(s) pela coordenação direta dos serviços;
- f) Composição de custos unitários, apresentando, de forma discriminada, as parcelas do custo unitário, referentes à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços. A planilha de preços unitários deverá ser devidamente assinada pelo Responsável Técnico pelo serviço.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

Decorrido 01 (um) ano da apresentação da proposta, o saldo remanescente do contrato será reajustado pelo INCC – COLUNA 35 - Índice Nacional da Construção Civil, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, tendo como data-base para efeito do cálculo a data de apresentação da proposta, permanecendo os mesmos inalterados por mais 01 (um) ano.

PARÁGRAFO ÚNICO

Para obtenção dos valores atualizados, será aplicada a seguinte fórmula de reajuste:

$$R = [(li - lo) / lo] x V$$

Onde:

R = valor do reajustamento

li = Índice de preços do mês anterior aniversário da proposta (INCC – COLUNA 35 - FGV)

lo = Índice de preços do mês anterior apresentação da proposta (INCC – COLUNA 35 - FGV)

V = Valor da Fatura aprovada.

CLÁUSULA NONA – DA ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

O **CONTRATANTE** só aceitará os serviços que estiverem de acordo com as especificações referidas neste Contrato e seus Anexos, depois de terem sido considerados em perfeita ordem pela Assessoria de Engenharia do **CONTRATANTE**. Além disso, os serviços e/ou materiais que não apresentarem condições de aceitabilidade serão rejeitados, cabendo à **CONTRATADA** todos os ônus decorrentes da rejeição, inclusive quanto ao prazo e despesas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Concluídos os serviços da Etapa 02, a **CONTRATADA** solicitará a emissão do Termo de Recebimento Provisório dos Serviços ao **CONTRATANTE**, que nos 10 (dez) dias úteis, procederá à vistoria geral dos serviços, e, estando estes em condições de serem recebidos, sendo atendidas as exigências do presente Contrato, receberá provisoriamente os serviços e liberará o pagamento da última parcela da Etapa 02, mediante a emissão do respectivo Termo. Em paralelo ao Recebimento Provisório, no prazo de 07 (sete) dias corridos, a **CONTRATADA** deverá solicitar a vistoria junto ao Corpo de Bombeiros, para emissão do AVCB.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O Termo de Recebimento Definitivo será emitido após a emissão do AVCB e a apresentação do documento comprobatório de solicitação de encerramento da matrícula emitido junto ao Cadastro Nacional de Obras, oportunidade na qual o **CONTRATANTE** realizará a devolução das retenções à **CONTRATADA**, pelo saldo que apresentarem.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Na hipótese de o prazo, referido no parágrafo anterior, não ser cumprido pela **CONTRATADA**, à mesma arcará com todas as despesas decorrentes da manutenção do contrato, inclusive do Engenheiro Fiscal do **CONTRATANTE**, bem como de todas as despesas decorrentes de novas visitas do fiscal, designada para acompanhar os serviços.

PARÁGRAFO QUARTO

Desde o recebimento provisório, o **CONTRATANTE** entrará na posse plena das obras.

PARÁGRAFO QUINTO

O recebimento definitivo dos serviços, por parte do **CONTRATANTE**, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades decorrentes das disposições constantes no Edital Pregão Eletrônico nº 111/2023, no Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc e na legislação pertinente.

PARÁGRAFO SEXTO

Os serviços extraordinários serão orçados segundo os preços unitários constantes da proposta de preços. Caso não tenham correspondentes na planilha inicial, os preços unitários serão os da época da licitação, tendo como referência os valores do **SINAPI/ORSE, SINAPI** data base **JUN**

/2023; ORSE-ABR/2023 com desoneração, sempre dependentes de justificativas e aprovação prévia do fiscal e pela autoridade competente do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SÉTIMO

No caso de execução de serviços imperfeitos, em desacordo com as especificações, ou na hipótese de inadimplemento de qualquer obrigação contratual, o **CONTRATANTE** poderá rescindir o Contrato com perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

A **CONTRATADA** poderá subcontratar parcialmente serviços no limite de até **20% (dez inteiros por cento)** do valor do presente Contrato, ficando responsável pelas obrigações com a Previdência Social, PIS, FGTS, dívidas trabalhistas, e demais tributos ou encargos sociais, decorrentes dessa contratação, tanto de seus funcionários quanto das subcontratadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A **CONTRATADA** responderá, única e exclusivamente, perante o **CONTRATANTE**, pelos serviços por ela subcontratados com terceiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Para serviços técnicos subcontratados deverão ser apresentados os respectivos registros no **CREA ou CAU**, acompanhada de **ART ou RRT** (Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica) do responsável técnico da empresa subcontratada.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A **CONTRATADA NÃO** poderá subcontratar serviços com empresa que tenha participado deste procedimento licitatório que originou o presente Instrumento.

PARÁGRAFO QUARTO

A Contratada não poderá subcontratar nem transferir o presente Contrato a terceiros, sem o consentimento prévio do Contratante e sob nenhuma hipótese será permitida a subcontratação total do objeto.

PARÁGRAFO QUINTO

A realização de subcontratação deverá possuir a anuência expressa do **CONTRATANTE**, cabendo à **CONTRATADA** apresentar a documentação de regularidade fiscal da(s) empresa(s) que será(ão) subcontratada(s) no decorrer da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXECUÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS NO MESMO LOCAL

O **CONTRATANTE** se reserva ao direito de contratar com outras empresas a execução de serviços diversos, não abrangidos por este Contrato, para execução no mesmo local, durante a vigência deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Na hipótese descrita no dispositivo anterior, a **CONTRATADA** não poderá opor quaisquer dificuldades à introdução de materiais no local da execução de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Na hipótese de inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, em atenção ao art. 32 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, sem prejuízo da possibilidade de rescisão, o **CONTRATANTE** poderá, através de deliberação da Autoridade Administrativa competente, rescindir a contratação firmada e, além disso, aplicar as seguintes penalidades:

- I Advertência em caso de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a **CONTRATANTE**;
- II Multa de **5% (cinco por cento)**, calculada sobre o valor total do Contrato, na hipótese de descumprimento total das obrigações assumidas;
- III Multa de **3% (três por cento)**, calculada sobre a etapa inadimplida, em caso de descumprimento parcial ou execução deficiente, irregular ou inadequada, mas com proveito incontroverso para o **Sesc/BA**;
- IV Multa de **0,03% (três centésimos por cento)**, calculada sobre o valor da etapa, por dia de atraso nos prazos de conclusão previstos para as respectivas parcelas do Cronograma Físico-Financeiro da Obra;
- V Multa de **0,01% (um centésimo por cento)**, calculada sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, pela não entrega da obra, com as licenças devidas e o Termo de Recebimento Provisório pelo Fiscal da Obra, no prazo para execução final, estipulado na Cláusula Terceira do presente contrato de empreitada por preço unitário;
- VI Perda do direito de restituição da garantia de execução da Obra;
- VII Suspensão do direito de licitar ou contratar com o **CONTRATANTE**, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A aplicação das penalidades previstas neste Contrato será fundamentada por decisão da Autoridade Competente, assegurados o Contraditório e a Ampla Defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O(s) valor(es) da(s) multa(s), eventualmente aplicado(s), será(ão) corrigido(s) monetariamente, com a incidência de juros legais, consoante o art. 406 do Código Civil.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Os valores correspondentes às multas de que tratam os incisos anteriores serão descontados do pagamento a que a **CONTRATADA** fizer *jus* ou deverão ser recolhidos diretamente na Tesouraria do **CONTRATANTE**, no prazo de 15 (quinze) dias corridos,

Serviço Social do Comércio | licitacao@sescbahia.com.br | compras.sescbahia.com.br | www.sescbahia.com.br

Av. Tancredo Neves, 1.109, 6º andar, Caminho das Árvores - Salvador • CEP 41820-021 • TEL.: 71 3273-8731 / 3271-2425

contados a partir da data de recebimento da comunicação da penalidade aplicada, ou, ainda, quando for o caso, poderão ser cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO

É facultado ao **CONTRATANTE** exigir, ainda, da **CONTRATADA** que não cumprir as obrigações assumidas, o ressarcimento das perdas e danos, nos termos do artigo 389, do Código Civil, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Contrato, no Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc e na legislação vigente aplicável ao caso concreto.

PARÁGRAFO QUINTO

As penalidades previstas neste Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de quaisquer outras medidas cabíveis, em âmbito judicial e extrajudicial.

PARÁGRAFO SEXTO

A aplicação de multa não impede que a Direção rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

PARÁGRAFO SÉTIMO

A apuração ou abertura do procedimento para aplicação de penalidade se iniciará através de notificação do Fiscal ou preposto do **CONTRATANTE** informando falha ou omissão verificada e prazo para resposta, após o que será encaminhada à Presidência do Conselho Regional do Sesc/BA para deliberação.

PARÁGRAFO OITAVO

A **CONTRATADA** também fica sujeita a penalidade de suspensão do direito de licitar caso tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Entidade em virtude de atos ilícitos praticados.

PARÁGRAFO NONO

A notificação de fato motivador de aplicação ou apuração de penalidade interromperá o prazo de **10 (dez) dias** para pagamento, que será reiniciado após a deliberação final da Autoridade Competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO

O total do valor das multas aplicadas, isoladas ou cumulativamente, não excederá o valor da obrigação principal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

O fiscal designado pela **CONTRATANTE**, fica investido de amplos poderes para fiscalizar a prestação dos serviços, exigir da **CONTRATADA** o fiel e exato cumprimento deste Contrato,

Serviço Social do Comércio | licitacao@sescbahia.com.br | compras.sescbahia.com.br | www.sescbahia.com.br

Av. Tancredo Neves, 1.109, 6º andar, Caminho das Árvores - Salvador • CEP 41820-021 • TEL.: 71 3273-8731 / 3271-2425

entrar na posse imediata do local da prestação dos serviços, por ocasião da rescisão deste, prosseguir na sua execução e praticar os atos que forem necessários, devendo o local ser franqueado, a qualquer dia e hora, ao acesso do fiscal do **CONTRATANTE**, que exercerá a ação fiscalizadora de modo sistemático, de maneira a fazer cumprir, rigorosamente, os prazos, condições e qualificações previstas no Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A adequação da obrigação executada pela **CONTRATADA** às especificações do Edital, seus Anexos e deste contrato, será analisada, **mensalmente**, pelo(s) Fiscal(is) designado(s) pelo **CONTRATANTE**, antes de declarar se houve cumprimento “a contento” e lançar tal informação na nota fiscal recebida.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A **CONTRATADA** dará ciência imediata ao(s) Fiscal(is) nomeado(s) pelo **CONTRATANTE** de toda e qualquer anormalidade ou evento inesperado que se verificar na execução do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A ação fiscalizadora será exercida, de modo sistemático, pelo Fiscal nomeado, de maneira a fazer cumprir rigorosamente os prazos, condições e qualificações previstas neste Contrato.

PARÁGRAFO QUARTO

A Fiscalização da **CONTRATANTE**, a bem dos serviços, poderá recusar os materiais e/ou serviços que estejam em desacordo com as especificações contidas na Proposta Comercial, ordenando a sua imediata remoção, bem como o afastamento de qualquer empregado ou subcontratado da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUINTO

O **CONTRATANTE** poderá rejeitar serviços e instalações que não correspondam às condições pactuadas, cumprindo à **CONTRATADA** refazê-los dentro de 48 (quarenta e oito) horas da notificação que, para tanto, lhe for feita, correndo, por sua conta, todas as despesas e consequências daí decorrentes.

PARÁGRAFO SEXTO

A **CONTRATADA** prestará todos os esclarecimentos solicitados pelo **CONTRATANTE**, a cujas reclamações se obriga a atender, pronta, irrestritamente e por escrito, a fim de apuração de responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição deste Contrato importará na sua rescisão, imediatamente e sem qualquer aviso extrajudicial, nos seguintes casos:

- I Falência ou dissolução da **CONTRATADA**.
- II A **CONTRATADA** atrasar, injustificadamente, o início da execução do objeto, sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**.

- III Superveniente incapacidade técnica, devidamente comprovada, da **CONTRATADA**.
- IV A **CONTRATADA** não recolher, dentro do prazo determinado, as multas que lhe forem impostas por Órgãos Oficiais, em decorrência da execução do objeto do presente Contrato.
- V Não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, por parte da **CONTRATADA**, caracterizando o inadimplemento parcial ou total das obrigações.
- VI Alteração Social e a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa **CONTRATADA**, que prejudique a execução deste Contrato.
- VII Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovada, impeditiva da execução do presente Contrato.
- VIII A **CONTRATADA** transferir o Contrato a terceiros, no todo ou em parte, salvo nas hipóteses de fusão, cisão ou incorporação, desde que sejam mantidas todas as condições de habilitação exigidas no certame que deu origem ao presente instrumento contratual, bem como que não haja nenhum prejuízo a fiel execução do objeto contratado.
- IX A **CONTRATADA** se negar a readequar o serviço realizado em desacordo com o que foi apresentado em sua Proposta, nas normas e nas especificações gerais e particulares de natureza contratual, no prazo estabelecido neste Contrato.
- X A **CONTRATADA** atrasar, injustificadamente, a conclusão dos serviços por mais de **30 (trinta) dias consecutivos**.
- XI Por homologação de novo processo licitatório, cujo objeto provoque a necessidade de rescisão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A **CONTRATADA** assume exclusiva responsabilidade por todos os prejuízos que a rescisão, por sua culpa, acarretar ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O **CONTRATANTE** poderá exigir da **CONTRATADA**, a qualquer tempo, inclusive como condição de continuidade do contrato, comprovação de que mantém cumpridas as condições de habilitação e comprovação de regularidade no cumprimento de obrigações trabalhistas.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Caso a **CONTRATADA** não mantenha as condições de habilitação e qualificação, poderá o **CONTRATANTE** rescindir o contrato sem ônus por descumprimento do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, resguardando o direito ao pagamento do quanto já cumprido.

PARÁGRAFO QUARTO

A aparelhagem só será devolvida se não for aconselhável, a critério do **CONTRATANTE**, sua retenção como garantia de quaisquer obrigações da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUINTO

A **CONTRATADA** assume exclusiva responsabilidade por todos os prejuízos que a rescisão, por sua culpa, acarretar ao **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEXTO

Havendo litígio judicial, a fim de que os serviços não sejam paralisados, a **CONTRATADA**, desde já, autoriza o **CONTRATANTE** a prosseguir com a execução dos serviços, quer seja por conta própria, quer por intermédio de terceiros, não cabendo, neste caso, qualquer indenização à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SÉTIMO

O presente Contrato poderá ser rescindido por mútuo consenso, atendida a conveniência e oportunidade do **CONTRATANTE**, sem ônus para ambas as partes, mediante termo próprio de medição rescisória, recebendo a **CONTRATADA** o valor dos serviços já executados e dos materiais postos na obra.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este Contrato poderá ser alterado, por meio de **Termo Aditivo**, se necessário ao perfeito desempenho do objeto deste instrumento que, para ter eficácia, deverá ser assinado por ambas às partes.

PARÁGRAFO ÚNICO

O Contrato, decorrente desta Licitação, naquilo que for possível, poderá ser aditado, em até **50% (cinquenta inteiro por cento)** do valor inicial atualizado, nas hipóteses de complementação ou acréscimo que se fizerem necessário, conforme art. 30 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc/BA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A prestação dos serviços contratados não constituirá relação de emprego entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, seus funcionários ou terceiros que venham ser utilizados para a execução dos serviços, respondendo, exclusivamente, esta última por toda e qualquer responsabilidade civil, criminal, trabalhista, tributária, ou outra qualquer, decorrente da execução dos serviços contratados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

No ato da execução do(s) serviço(s), serão de exclusiva e integral responsabilidade da **CONTRATADA**, os danos e os prejuízos decorrentes de negligência, imperícia ou imprudência de seus representantes, prepostos e/ou sócios, bem como dos atos dolosos dos mesmos.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A execução da obra contratada não será constitutiva de relação empregatícia do **CONTRATANTE** com a **CONTRATADA**, nem com terceiros que este venha a utilizar para a execução dos serviços, respondendo, exclusivamente, a **CONTRATADA** por toda e qualquer

responsabilidade decorrente da aludida execução, especialmente civil, criminal, trabalhista e tributária;

PARÁGRAFO TERCEIRO

A **CONTRATADA** compromete-se a prestar os serviços previstos neste Contrato, observando os padrões de qualidade e técnicas para serviços desta natureza, responsabilizando-se pela correção, sem ônus para o **CONTRATANTE**, de todos os erros, enganos ou omissões, cometidos pela **CONTRATADA**, que forem constatados nos serviços executados.

PARÁGRAFO QUARTO

A **CONTRATADA** deverá providenciar, às suas custas, o Seguro de Responsabilidade Civil, **assim como o Seguro Contra riscos de engenharia**, inclusive respondendo pelo que exceder à cobertura dada pela Seguradora, não cabendo ao **CONTRATANTE** qualquer obrigação decorrente de riscos da espécie.

PARÁGRAFO QUINTO

Ocorrendo incêndio ou qualquer sinistro na obra, de modo a atingir trabalhos a cargo da **CONTRATADA**, terá esta, independentemente da cobertura dada pela Seguradora, que refazer os serviços atingidos pelo sinistro, sem solução de continuidade da obra, por prazo que venha a ser acordado com o **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEXTO

Serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** todas as despesas e providências que se tornarem necessárias à regularização do presente Contrato, sendo expressamente vedada a sua negociação com terceiros alheios a este instrumento, qualquer que seja a finalidade.

PARÁGRAFO SÉTIMO

O **CONTRATANTE** só aceitará os materiais e serviços objeto deste contrato que estiverem de acordo com as especificações referidas no **descritivo Anexo I do Edital** e na Cláusula Primeira deste Contrato, depois de terem sido considerados em perfeita ordem, rejeitando aqueles que não apresentarem condições de aceitabilidade, cabendo à **CONTRATADA** todos os ônus decorrentes da rejeição, inclusive quanto ao prazo, despesas e refazimento do serviço.

PARÁGRAFO OITAVO

A **CONTRATANTE** poderá solicitar a **CONTRATADA** à relação de empregados, prestadores de serviço e/ou autônomos por si contratados que venham ser designados a executar o objeto deste Contrato, bem como comprovar a espécie de vínculo que mantém com os mesmos (através de cópia da CTPS ou de Contrato de Prestação de Serviços).

PARÁGRAFO NONO

Na hipótese de ocorrência de qualquer causa ou fato inteiramente alheio à vontade das partes, que venha a se configurar como caso fortuito ou força maior, poderão os Contratantes, de comum acordo e por escrito, dilatar o prazo para a execução dos serviços,

reformulando, neste caso, o período especificado na Cláusula Oitava, fixando novos prazos para pagamento e demais efeitos decorrentes.

PARÁGRAFO DÉCIMO

A **CONTRATADA** assume exclusivamente a responsabilidade por danos que seus empregados, prestadores de serviço e autônomos por si contratados, venham a causar ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, no exercício do objeto e cumprimento de obrigações contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

Toda e qualquer tolerância quanto a eventual descumprimento ou cumprimento irregular de obrigação contratual por qualquer das partes não implicará em novação ou alteração das disposições ora pactuadas, mas tão somente mera liberalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Salvador/BA para toda e qualquer postulação decorrente do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, assinam as partes o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 testemunhas, também abaixo firmado, para que se produza o jurídico e legal efeito.

Salvador, _____ de _____ de 2023.

CONTRATANTE
TESTEMUNHAS:

CONTRATADA

ANEXO IX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA ADEQUAÇÃO NO SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO DE INCÊNDIO PARA A UNIDADE SESC FEIRA DE SANTANA, NOS TERMOS CONSTANTES DO EDITAL.

REGULAMENTO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS POR OPERADORES

I - DO OBJETO

- 1.1 Na medida em que uma Parte trate dados pessoais durante e para a execução do instrumento, seja como Controladora ou Operadora, ela se obriga a realizar tal atividade de acordo com as exigências legais aplicáveis especialmente, mas sem se limitar, a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor, o Código Civil, o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/2014), seu decreto regulamentador (Decreto nº 8.771/2016), a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018), e suas eventuais alterações, regulamentações ou substituições posteriores.
- 1.2 Constitui objeto do presente estabelecer Regulamento sobre o Tratamento de Dados Pessoais no contexto do instrumento firmado entre o Sesc Administração Regional no Estado da Bahia (Sesc-BA) e a CONTRATADA/PARCEIRA.
- 1.3 O presente se aplica sempre que houver tratamento de dados pessoais realizados no âmbito do instrumento. Caso não haja tratamento, ficam prejudicadas estas disposições.

II – COMPROMISSO

- 1.1 As partes aceitam e se comprometem a observar as seguintes regras para tratamento de dados pessoais:
 - a) **Papel como agente de tratamento.** O papel desempenhado pela CONTRATADA/PARCEIRA, como agente de tratamento de dados pessoais, será o de Operador, ou seja, o tratamento de dados que procederá estará restrito ao disposto no presente instrumento ou for solicitado formalmente e por escrito pelo Sesc-BA, em nome desta última e sob sua responsabilidade.
 - b) A CONTRATADA/PARCEIRA fica impedida de decidir sobre o tratamento dos dados pessoais realizados, devendo consultar o Sesc-BA sempre que houver omissão do instrumento ou dúvida superveniente. Caso o Sesc-BA não se

- pronuncie por escrito, a CONTRATADA/PARCEIRA fica impedida de proceder o tratamento.
- c) Os dados pessoais recebidos pela CONTRATADA/PARCEIRA do Sesc-BA ou de terceiros por ele contratados que forem desnecessários ao cumprimento do presente instrumento ficarão em posse da primeira para armazenamento, ficando impedida a CONTRATADA/PARCEIRA de tratar tais dados ou tratá-los com desvio da finalidade previamente estabelecida.
 - d) Caso qualquer autoridade competente determine a anonimização parcial ou total dos dados pessoais compartilhados, tal procedimento será de responsabilidade do Sesc-BA, que arcará com os custos e ditará os procedimentos técnicos a serem adotados para cumprimento da determinação.
 - e) O Sesc-BA se responsabilizará pelo tratamento de dados pessoais de todos os terceiros com quem a CONTRATADA/PARCEIRA seja obrigada a compartilhar os dados pessoais à sua ordem ou por força do presente instrumento, como por exemplo, mas sem limite, auditorias internas ou externas.
 - f) As partes se comprometem a restringir o tratamento de dados pessoais ao estipulado no presente instrumento, seus aditivos ou em comunicações por escrito realizadas pela Sesc-BA.
 - g) **Bases legais de tratamento.** Para compartilhar dados pessoais com a CONTRATADA/PARCEIRA, no âmbito e para os fins do instrumento, ou para fazer com que terceiros o façam, o Sesc-BA deve, primeiro, garantir que possui embasamento legal para promover este compartilhamento ou ordená-lo, nos termos e formatos previstos pela legislação aplicável.
 - h) A responsabilidade pelo enquadramento do tratamento de dados pessoais nas hipóteses legais é do Sesc-BA, bem como a responsabilidade pela legalidade do tratamento realizado no papel de Controlador, isentando-se a CONTRATADA/PARCEIRA de demandas judiciais e extrajudiciais neste sentido, nos termos descritos no instrumento. A responsabilidade da CONTRATADA/PARCEIRA ficará restrita às obrigações assumidas no presente instrumento ou àquelas estabelecidas pela LGPD aos operadores em geral.
 - i) A responsabilidade descrita no item anterior abrange também o tratamento de dados pessoais de terceiros, em especial dos titulares vinculados juridicamente às pessoas jurídicas contratadas pelo Sesc-BA.
 - j) **Direitos dos titulares.** O Sesc-BA é responsável por informar os titulares de dados sobre os seus direitos relacionados aos seus dados pessoais, e por respeitar esses direitos, incluindo os direitos de acesso, exclusão, limitação, portabilidade ou eliminação de dados, na forma prevista pela Lei.

- k) A CONTRATADA/PARCEIRA não deverá atender nenhuma instrução recebida diretamente do titular de dados, exceto nos casos em que autorizado pelo Sesc-BA e/ou pela legislação aplicável. Caso a CONTRATADA/PARCEIRA receba qualquer solicitação direta do titular do dado, com relação aos dados controlados pelo Sesc-BA, deverá comunicar tal fato ao Sesc-BA.
- l) A CONTRATADA/PARCEIRA fornecerá cooperação e assistência razoáveis, conforme seja solicitado pelo Sesc-BA, para que ela possa responder eventuais solicitações dos titulares de dados.
- m) **Extinção do instrumento.** No caso de extinção do instrumento, por qualquer motivo que esta se dê, a CONTRATADA/PARCEIRA devolverá ao Sesc-BA todos os dados pessoais compartilhados por ela para cumprimento do instrumento, bem como suspenderá o acesso a quaisquer sistemas informatizados que contenha tais dados. Caso o Sesc-BA não receba tais dados, a CONTRATADA/PARCEIRA deverá excluí-los definitivamente após 30 (trinta) dias do fim da vigência do instrumento.
- n) **Contratação de terceiros.** A CONTRATADA/PARCEIRA, para cumprir com o objeto deste instrumento, pode precisar utilizar serviços de terceiros, que serão considerados, conforme aplicável, suboperadores, ou operadores de dados, atuando em nome da CONTRATADA/PARCEIRA. Os serviços dos terceiros podem, por exemplo, ser serviços de armazenamento de dados pessoais, ou serviços de suporte técnico para softwares utilizados pela CONTRATADA/PARCEIRA para prestar os serviços. Os terceiros, aqui referidos, podem, inclusive, ter sede e filiais fora do Brasil. A CONTRATADA/PARCEIRA se obriga a firmar instrumentos com estes terceiros, e exigir deles garantias de cumprimento dos princípios legais aplicáveis ao tratamento do dado, que estes apenas atuem em conformidade com as instruções e Políticas da CONTRATADA/PARCEIRA, relativas a Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais, e que qualquer atividade de tratamento de dado por eles conduzida, ocorra apenas na medida do estritamente necessário para o cumprimento de suas obrigações contratuais.
- o) **Outras obrigações e declarações.** Sem prejuízo do até aqui exposto, durante e para o tratamento de dados pessoais, cada Parte se obriga a:
- a) estabelecer e cumprir Políticas de Privacidade e Segurança da Informação, que criem regras de boas práticas e de governança indicando condições de organização, o regime de funcionamento, os procedimentos, incluindo reclamações e petições de titulares, as normas de segurança, os padrões

técnicos, as obrigações específicas para os diversos envolvidos no tratamento, as ações educativas, os mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais.

- b)** adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;
- c)** comunicar, em prazo razoável, à autoridade nacional e ao titular a ocorrência de incidente de segurança de dados por si controlados e que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares;
- d)** atender os princípios da boa-fé, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas, conforme definido na legislação aplicável;
- e)** garantir que a atividade de tratamento por si realizada esteja devidamente enquadrada em uma das situações permitidas em lei;
- f)** não reter ou utilizar dados pessoais por um período superior ao necessário para cumprimento das finalidades legítimas para as quais o tratamento foi autorizado;
- g)** não vender, ceder a terceiros, ou de qualquer forma utilizar dados pessoais, sem autorização do titular, ou de forma contrária a lei;
- h)** facilitar e colaborar, na medida de suas responsabilidades, com o exercício dos direitos legais dos titulares, na forma que lhes é assegurado em lei;
- i)** manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem, especialmente quando baseado no legítimo interesse;
- j)** sempre que solicitado pela autoridade competente realizar avaliações e relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, inclusive de dados sensíveis, referente a suas operações de tratamento de dados, observados os segredos comercial e indústria. Os relatórios deverão conter, no mínimo, a descrição dos tipos de dados coletados, a metodologia utilizada para a coleta e para a garantia da segurança das informações e a análise do controlador com relação às medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco adotados;
- k)** restringir o acesso aos dados pessoais apenas àquelas pessoas que efetivamente tenham necessidade de acessá-los para o cumprimento da finalidade informada ao titular, e no limite necessário ao tratamento, garantindo, ainda que aqueles que, em seu nome, tenham, ou possam ter,

acesso aos dados pessoais respeitem e mantenham a confidencialidade e a segurança de tais dados pessoais, bem como observem o disposto neste instrumento e na lei aplicável.

- l)** Uma Parte se obriga a notificar à outra, em prazo razoável, caso identifique um Incidente de Segurança nas atividades de tratamento de dados pessoais por si realizada, no âmbito deste instrumento, e que possa acarretar risco ou dano relevante à Parte, ou aos titulares do dado (no que se refere aos dados pessoais por ela controlados ou tratados), e possa, na forma prevista na Lei, gerar impacto ou prejuízo para a outra Parte. A Parte notificante deverá apresentar, no menor prazo possível, detalhes do Incidente verificado, incluindo, conforme já possua tais dados, a descrição da natureza dos dados pessoais afetados; as informações sobre os titulares envolvidos; a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial; os riscos relacionados ao incidente; os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo. As Partes deverão, neste caso, estabelecer, em conjunto e de boa-fé, qual delas será responsável por realizar as comunicações necessárias aos órgãos reguladores e aos titulares, quando necessário, e nos termos da legislação aplicável, bem como sobre as medidas necessárias a serem adotadas para remediar as causas do Incidente de Segurança, buscando evitar o dano ou causar o menor dano possível, além de preservar e proteger a segurança dos dados e do tratamento.
- m)** Cada Parte reconhece que, resguardadas as hipóteses legais de isenção de responsabilidade (em especial, no que se refere a atividades de tratamento realizadas pelo Operador), será integral e exclusivamente responsável, perante à outra Parte, os titulares dos Dados Pessoais, os entes regulatórios e fiscalizadores aplicáveis (em especial, mas sem se limitar, a autoridade nacional) e/ou quaisquer terceiros interessados, pelas atividades de tratamento de dados por si realizadas (inclusive por seus funcionários, subcontratados, representantes, prepostos e ou colaboradores que estejam agindo em seu nome) no âmbito deste instrumento.
- n)** Caso uma Parte seja questionada (administrativa ou judicialmente) sobre a legalidade e legitimidade de qualquer atividade de tratamento de dados pessoais realizada sob a responsabilidade da outra Parte, caberá a esta última, após ter sido notificada pela Parte demandada, (a) identificar-se

como exclusivamente responsável pela atividade de tratamento questionada; (b) tomar toda e qualquer medida ao seu alcance para excluir a Parte Inocente da demanda/questionamento.

- o)** Caso não seja possível a exclusão da Parte Inocente, a Parte responsável garantirá à Parte Inocente apoio e informações razoáveis para que esta possa conduzir sua reposta e defesa na demanda, enquanto for parte, e enquanto esta estiver em andamento, para resguardar seus interesses.
- p)** A participação de uma Parte no processo/procedimento tratado na cláusula anterior, em nada alterará a responsabilidade exclusiva da Parte que, efetivamente, era responsável pela atividade de tratamento de dados questionada, sendo esta última, mesmo em caso de condenação da Parte Inocente, exclusivamente responsável por arcar com quaisquer perdas, penalidades, decisões, custos, multas, e indenizar e reparar, quando necessário, e na forma prevista em lei, todos os danos (sejam eles patrimonial, moral, individual ou coletivo), perdas, restrições, consequências e prejuízos por si causados, tenham sido eles sofridos (i) pela Parte que não realizou o tratamento de dados questionado, seus respectivos diretores, administradores, funcionários, contratados, representantes e agentes de qualquer natureza, (ii) pelo titular do dado ou (iii) quaisquer terceiros.
- q)** As Partes deverão eliminar de seus sistemas e servidores os dados pessoais tratados em decorrência do presente instrumento, (i) após a verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada; (ii) ao término do período de tratamento; (iii) nos demais casos previstos em lei; somente sendo autorizada a conservação para os fins previstos na lei aplicável.

III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 3.1** As partes declaram que, no caso de omissão no presente instrumento quanto ao tratamento de dados pessoais, as partes deverão consultar-se mutuamente e, subsistindo real dúvida, aplicar a Lei 13.709/2018.